



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

RAÍSSA PEREIRA SOARES

**IMPrensa e INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: O DISCURSO
DE LIBERDADE EM A MALAGUETA, CORREIO DO RIO DE
JANEIRO E O ESPELHO NOS ANOS DE 1821 E 1822**

Londrina
2016

RAÍSSA PEREIRA SOARES

**IMPrensa e Independência do Brasil: O Discurso
de Liberdade em *A Malagueta*, *Correio do Rio de
Janeiro* e *O Espelho* nos anos de 1821 e 1822**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de História da
Universidade Estadual de Londrina, como
requisito parcial à obtenção do título de
Licenciatura em História.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Célia Regina da
Silveira

Londrina
2016

RAÍSSA PEREIRA SOARES

**IMPrensa E INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: O DISCURSO DE
LIBERDADE EM A MALAGUETA, CORREIO DO RIO DE JANEIRO E O
ESPELHO NOS ANOS DE 1821 E 1822**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de História da Universidade
Estadual de Londrina, como requisito parcial à
obtenção do título de Licenciatura em História.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof^a. Dr^a. Célia Regina da Silveira
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof^a. Dr^a. Cláudia Eliane Parreiras Marques
Martinez
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. José Miguel Arias Neto
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, ____ de _____ de ____.

Dedico este trabalho a minha família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora não só pela constante orientação neste trabalho, mas também por dedicar seu tempo e compartilhar seus conhecimentos para que fosse possível a realização deste trabalho.

Ao professor Gabriel Giannattasio pelos conselhos que enriqueceram o trabalho.

Aos colegas que foram companheiros e procuraram me ajudar e ofereceram seu apoio.

Gostaria também de agradecer a minha família pela confiança que depositaram em mim e pelo apoio em todo o período de realização do curso.

Agradeço especialmente a Deus que esteve sempre a frente desta caminhada.

A imprensa livre remedeia-se a si mesma, porque não pode haver razão para que a mentira, sendo igualmente livre como a verdade, prevaleça contra esta.

(Hipólito da Costa)

SOARES, Raíssa Pereira. **Imprensa e independência do Brasil**: o discurso de liberdade em *A Malagueta*, *Correio do Rio de Janeiro* e *O Espelho* nos anos de 1821 e 1822. 2016. 64 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Licenciatura em História) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

RESUMO

O presente trabalho objetiva analisar os discursos de liberdade presentes nos periódicos do Rio de Janeiro entre 1821 e 1822, especialmente em *A Malagueta*, *Correio do Rio de Janeiro* e *O Espelho*, jornais que atuaram no cenário de mobilização política suscitada pelo processo de independência. Utilizando referências bibliográficas relativas ao tema deste estudo, refletiu-se acerca das características da imprensa daquele período e sobre os acontecimentos que culminaram na independência do Brasil – dos quais os periódicos selecionados participaram ativamente. Portanto, procurou-se, efetuar um constante diálogo entre as fontes e parte da bibliografia sobre o tema. A investigação não se restringiu a análise do discurso dos mencionados jornais, preocupou-se também em averiguar de maneira mais ampla sobre seus redatores, o estilo de linguagem por eles empregado e a periodicidade de suas publicações. A partir das análises e estudos realizados nesta investigação, observou-se que a imprensa desempenhou um importante papel no processo de independência, sendo palco de discussões e debates, além de ser propagadora das ideias e opiniões de seus redatores que, de alguma maneira, fomentavam as discussões acerca do tema ocorridas no cotidiano daquela sociedade.

Palavras-chave: Imprensa. Independência. Discurso. Liberdade. Debates.

SOARES, Raíssa Pereira. **Press and Independence of Brazil:** The freedom speech in periodicals of Rio de Janeiro in *A Malagueta*, *Correio do Rio de Janeiro* and *O Espelho* in the years of 1821 and 1822. 2016. 64 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Licenciatura em História) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

ABSTRACT

The present work aims analyze the speeches of freedom presents in periodicals of Rio de Janeiro between 1821 and 1822, especially in *A Malagueta*, *Correio do Rio de Janeiro* and *O Espelho*, newspapers that acted in scenario of political mobilization raised by process of independence. Using bibliographic references themes relating to this study, it was reflected about the press features that period and about the events leading in Brazil's independence – which periodicals selected participated actively. Therefore, it tried to make a constant dialogue between the sources and of the literature on the subject. The investigation was not restricted the speech analysis of newspapers mentioned, also concerned to ascertain more broadly about their writers, the language style employed by them and the frequency of their publications. Based on the analyzes and studies carried out in this investigation, it is noted that the press played an important role in the process of independence, being stage of discussions and debates, besides being a propagator of ideas and opinions of their writers that somehow fostered discussions on the subject occurred in daily life of that society.

Key words: Press. Independence. Speech. Freedom. Debates.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 A NASCENTE IMPRENSA BRASILEIRA	
1.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O INÍCIO E CONSOLIDAÇÃO DA IMPRENSA BRASILEIRA.....	12
1.1.1 Figuras de Destaque na Imprensa Nacional.....	23
1.1.1.1 Periódicos incendiários : <i>A Malagueta, Correio do Rio de Janeiro, O Espelho</i>	25
2 “A GRANDE OBRA DA LIBERDADE NACIONAL”: LUTAS E CONFLITOS EM TORNO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	51
ANEXOS	
ANEXO A – A Malagueta.....	53
ANEXO B – Correio do Rio de Janeiro.....	57
ANEXO C- O Espelho.....	61

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto central de investigação a forma como os periódicos dos anos de 1821 e 1822 abordaram o tema da liberdade. E, junto a esse propósito, refletir acerca da importância da nascente imprensa brasileira, no contexto de discussão sobre os rumos do Brasil após o retorno do rei D. João VI para Portugal.

É importante lembrar que, neste período, o discurso de liberdade propalado pelos periódicos não tinha o mesmo significado que o termo representa atualmente, desejava-se uma constituição brasileira, mas não se via a necessidade da separação de Portugal.

Desta maneira, analisar-se-á a importância dos jornais do período – os quais foram palco de grandes discussões sempre permeadas pelo viés político – atentando-se tanto para sua materialidade, ou seja, a forma como eram estruturados quanto para seu conteúdo, ou seja, os discursos por eles emitidos. Pretende-se, também, verificar o lugar ocupado pelos periódicos numa sociedade onde, apesar do grande número de analfabetos, vemos a ampla difusão e circulação de periódicos que se apresentam em grande número e variedade de temas abordados. A esse respeito, Lúcia Maria Bastos P. Neves observa uma ampla circulação dos periódicos na sociedade brasileira – especialmente da corte – o que indicaria o início da gênese de uma esfera pública no Brasil. Segundo a autora:

Como indicam as inúmeras cartas de particulares, que os redatores divulgavam semanalmente, os artigos passaram a ser discutidos nas ruas e, sobretudo, nos novos espaços de sociabilidade, que cafés, academias, livrarias e sociedades secretas, como a maçonaria, tinham passado a constituir (1999,p.1).

Isto posto, a principal questão a ser abordada nesta proposição de trabalho refere-se ao discurso de liberdade construído e difundido nos e pelos periódicos. Para esta análise, é de fundamental importância, acompanhar as discussões que ali se seguiam e que faziam de cada página e cada edição um palco onde os editores ou mesmo os leitores, teceram seus comentários no contexto de efervescência política pelo qual passava o Brasil. Muitos dos periódicos abriam espaço para que os leitores produzissem seus artigos, expusessem suas opiniões sem temer críticas e consequências, utilizando inclusive a sátira em sua linguagem,

destacando-se o ponto de vista dos editores dos periódicos sobre os rumos políticos que o país tomava.

Dentre os periódicos surgidos no período, dar-se-á maior destaque aos jornais *A Malagueta*, *Espelho* e *Correio do Rio de Janeiro*¹. Esse último, adotava uma postura mais radical e democrata, enquanto *O Espelho* tinha uma postura mais crítica, e se viu envolvido em discussões diretas com *A Malagueta*, periódico de postura polêmica.

A escolha destes periódicos justifica-se pela movimentação que suas publicações suscitaram no cenário daquele contexto. *A Malagueta*, com suas publicações polêmicas gerou discussões com outros redatores e políticos do período, que foram alvo das críticas veiculadas pelo jornal. Seu redator, Luís Augusto May, inclusive sofreu dois atentados devido à veemência de suas publicações.

O Correio do Rio de Janeiro, de João Soares Lisboa, apresentava artigos de seu redator, importantes para as discussões que ocorriam na sociedade, procurando esclarecer a população sobre a situação política do Brasil e, ao mesmo tempo, difundindo ideias liberais, inclusive traduzindo pensadores em suas edições. Outro aspecto do jornal que se fez importante para elegê-lo como fonte de pesquisa deste trabalho, foi a presença do amplo espaço que reservava para a publicação de cartas dos leitores.

O Espelho, do redator Ferreira de Araújo, envolveu-se também em discussões com outros periódicos. Trazia artigos com opiniões polêmicas, e o próprio Dom Pedro I escrevia sob anonimato nas páginas deste jornal. Apesar das polêmicas em que se envolvia era também criticado por não defender a liberdade do Brasil de maneira tão veemente como os outros periódicos, trazendo em suas páginas muitas informações acerca do governo, como os dados da economia das províncias.

Os periódicos mostram a insatisfação com as transformações que ocorreriam no Brasil após a aprovação da Constituição portuguesa que, entre outras medidas, exigia o retorno de D. Pedro I para Portugal, assim como o seu pai D. João

¹ É preciso registrar que os jornais que consistem nas fontes de pesquisa para este trabalho estão disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. A nossa pesquisa foi realizada nessa seção, no endereço <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Também é preciso esclarecer que optamos por reproduzir os textos exatamente como no original e as diferenças em relação ao padrão atual não foram indicadas com (sic).

VI já o fizera. Nesse contexto, os jornais informam e, ao mesmo tempo, participam da discussão relativa às tentativas brasileiras de libertar o País do jugo lusitano. São textos escritos sob influência das luzes portuguesas, tendo o claro objetivo de dar fim ao Antigo Regime - no qual o governante se coloca acima das leis e rege sob sua vontade - e atribuir ao Brasil uma Constituição, garantindo a liberdade do País.

Para atingir os objetivos propostos neste trabalho utilizar-se-á da pesquisa bibliográfica aliada à pesquisa em fontes documentais, no caso, os periódicos anteriormente mencionados. Vale ressaltar que, durante muito tempo, o trabalho com a imprensa foi deixado em segundo plano, por considerar que os jornais traziam versões carregadas de influências ideológicas sobre os fatos, visão que começou a mudar a partir dos trabalhos da escola dos *Annales*. Como chama a atenção Tania Regina de Luca:

A prática historiográfica alterou-se significativamente nas décadas finais do século XX. Na França, a terceira geração dos *Annales* realizou deslocamentos que, sem negar a relevância das questões de ordem estrutural perceptíveis na longa duração, nem a pertinência dos estudos de natureza econômica e demográfica levados a efeito a partir de fontes passíveis de tratamento estatístico, propunha “novos objetos, problemas e abordagens” (2000, p. 112, grifo do autor).

Para finalizar esta introdução apresenta-se como foi estruturado cada um dos capítulos deste trabalho. O primeiro capítulo objetiva historicizar o tema em estudo, tecendo considerações acerca da nascente imprensa brasileira, abordando questões referentes a maneira como a imprensa chegou ao Brasil, analisando suas características e a do público leitor que aqui se encontrava. Segue uma abordagem sobre a história de importantes figuras que atuaram na imprensa brasileira. Por fim, o capítulo traz uma apresentação das fontes utilizadas para análise ao longo do trabalho, abordando suas características, sobre seus redatores e a análise propriamente dita dos discursos emitidos nos periódicos eleitos para a pesquisa.

O segundo capítulo refere-se ao processo de independência brasileira, demonstrando os desdobramentos deste processo. Para tal, utiliza-se de uma bibliografia especializada sobre o tema juntamente com a análise do discurso da liberdade proferidos pelos três jornais: *Correio do Rio de Janeiro*, *A Malagueta* e *O Espelho*.

1- A NASCENTE IMPRENSA BRASILEIRA²

1.1 Considerações sobre o início e consolidação da imprensa brasileira

Por meio deste capítulo, objetiva-se apresentar sumariamente os aspectos sobre o surgimento da imprensa no Brasil, bem como seu desenvolvimento até o período estudado, que gira entre 1821 e 1822. Serão apontadas também as características daquela imprensa para assim melhor delinear as especificidades da imprensa do período da independência – foco desta pesquisa.

Para solucionar o principal objetivo deste trabalho, que se caracteriza em analisar a atuação da imprensa no processo de independência e o discurso de liberdade por eles proferido, apresentar-se-á também as fontes a serem utilizadas no decorrer do trabalho, sendo os periódicos *A Malagueta*, *O Espelho*, e *O Correio do Rio de Janeiro*, ambos publicados no Rio de Janeiro e tiveram sua circulação entre os anos de 1821 e 1823.

A imprensa surgiu no Brasil no ano de 1808 com a chegada da família real à então colônia portuguesa. Durante a apressada “fuga” da família real e sua corte para o Brasil, Antônio de Araújo, que até então era o ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra de Dom João VI e que mais tarde se tornaria o conde da Barca, trouxe nos porões do navio em que veio uma tipografia inteira. Esta gráfica funcionava em Lisboa a serviço daquele ministério e no Brasil se tornaria a Impressão Régia, e seria a responsável por todas as impressões feitas no Rio até 1821.

A gráfica foi montada na casa de Antônio de Araújo que já chegou ao Brasil sem sua pasta de ministro. A administração da Impressão Régia coube a José Bernardes de Castro, Mariano da Fonseca e José da Silva Lisboa, e iniciou seus trabalhos ainda em 1808. Sua principal função era fiscalizar os impressos. Isabel Lustosa (2000) mostra o papel relevante desta tipografia lembrando-nos de importantes obras científicas e literárias que foram publicadas pela Impressão Régia.

² Emprego o termo imprensa brasileira pautada nas referências bibliográficas utilizadas neste trabalho. Só para ficar num exemplo, Isabel Lustosa, na introdução de seu trabalho apresenta este termo ao dizer que “As polêmicas travadas por meio da *imprensa brasileira* a partir de 1821 fizeram com que o campo divisor entre a linguagem literária e a popular fosse reduzido: a linguagem ocupada pelos jornais parece ocupar um espaço intermediário entre as duas” (2000, p. 36, grifos nossos).

A Imprensa Régia passou a funcionar no próprio dia de sua criação, 13 de maio de 1808, estampando, em um folheto de 27 páginas, a relação dos despachos publicados no aniversário do príncipe regente. O opúsculo vendia-se na loja do livreiro Manuel Jorge da Silva, à rua do Rosário. Entre sua criação e o ano de 1821, quando começaram os embates que se dariam na Independência, a Imprensa Régia publicou obras científicas e literárias de grande valor. Exemplares são *Um ensaio sobre a crítica* e os *Ensaio morais*, de Pope, na tradução do conde de Aguiar, e o romance *Marília de Dirceu*, além de um *Compêndio da riqueza das nações*, de Adam Smith, traduzido e compilado por Bento da Silva Lisboa, em 1811. Também vieram à luz, durante aquele período, a segunda edição do *Uruguai*, de Basílio da Gama, uma tradução das obras de Virgílio e a *Corografia brasílica*, do padre Aires de Casal, além de *Extratos das obras de Burke*, traduzidos e organizados por José da Silva Lisboa (LUSTOSA, 2000, p. 68).

Isabel Lustosa (2010) nos lembra de que a chegada da corte ao Rio possibilitou a produção de impressos no Brasil e a necessidade de comunicação entre o Príncipe Regente e seus súditos foi a primeira finalidade para se instituir a Imprensa Régia nos trópicos. Desta forma, os primeiros impressos da Imprensa Régia foram os decretos promulgados na data de aniversário de D. João VI, 13 de maio.

Antes da corte portuguesa aportar no Brasil era proibida a instalação de tipografias em sua colônia na América, mas também nos seus domínios na África.³ Maria Helena Capelato nos aponta que existiram razões internas e externas para o surgimento tardio da imprensa brasileira.

A Coroa Portuguesa sempre criou obstáculos ao seu desenvolvimento para impedir que as críticas à dominação metropolitana se propagassem através das folhas impressas. Além disso, os núcleos urbanos eram pouco significativos na sociedade colonial havendo predominância de uma população do campo, analfabeta, constituída na sua maioria por escravos, dispersa em áreas distantes (CAPELATO, 1994, p.38).

A Coroa Portuguesa manteve uma repressão sobre os impressos para evitar críticas à sua dominação, e os núcleos urbanos eram escassos no Brasil, sendo a população essencialmente rural e analfabeta, dificultando a consolidação da imprensa. Capelato segue sua análise mostrando que a barreira do analfabetismo foi

³ A esse respeito Alessandra El Far afirma: “A entrada tardia da impressão não ocorreu somente no Brasil. Territórios africanos sob domínio português tiveram a mesma sina. Alguns pesquisadores chegaram a indicar a existência em nosso país de tipografias nos séculos XVII e XVIII a serviço dos holandeses que atuaram durante algum tempo no Nordeste do país. Entretanto, nenhuma prova concreta confirma tal situação.” (2004, p. 316-317).

transposta pelas práticas de leitura em voz alta, além dos serões familiares, possibilitando que mesmo os analfabetos tivessem acesso às publicações.

Morel e Barros (2003) afirmam que com a vinda da Corte portuguesa surgiram os primeiros consumidores de arte e literatura e formou-se também um público consumidor de periódicos que abordavam questões referentes ao Brasil. Citam o exemplo do jornal *O Patriota* que, segundo eles

Voltado para a divulgação das ciências e das letras, o jornal *O Patriota*, que circulou entre 1813 e 1814, reserva um espaço maior para a manifestação de uma vida intelectual brasileira. Nele encontramos publicadas obras de Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga (MOREL & BARROS, 2003, p. 52).

O contexto das transformações e a postura educativa que os homens letrados assumiam diante das novas necessidades daquela sociedade contribuíram para que a população criasse uma atitude positiva e simpática diante dos letrados – muitas vezes vistos como personalidades.

Os letrados se destacavam diante da população pela sua cultura, eram considerados inclusive por eles mesmos como superiores. Foi neste sentido que se destacaram figuras como José da Silva Lisboa (Visconde de Cairu) e José Bonifácio, os quais mesmo os seus opositores reconheciam seu alto nível cultural. Havia também uma parcela dos homens de letras, que era praticamente autodidata e arvoravam-se conhecedores de todos os assuntos, como por exemplo João Soares Lisboa – editor do *Correio do Rio de Janeiro*. No cenário inédito do Brasil de início dos anos 1820, os letrados brasileiros tiveram um papel de *mentores da sociedade*, colocando as suas penas a serviço do formato político que teria o Brasil. Lustosa aponta que

O processo de independência acentuou esse caráter missionário: o homem de letras considerado como artista cede lugar ao homem de letras considerado como mentor da sociedade, voltado para a aplicação prática das ideias. A imprensa foi o meio privilegiado de sua ação.

Datam daí a valorização extrema da inteligência e as lendas que cercam personalidades como a de José Bonifácio, tido como dono de uma cultura extraordinária capaz de embasbacar o estrangeiro. Fama que também tinha Cairu, de quem mesmo os adversários mais empedernidos, antes de procederem a qualquer ataque, destacavam a incomum ilustração (2010, p. 372).

Surgindo em um momento de profundas transformações na sociedade, a imprensa teve um importante papel na definição das identidades

culturais e políticas. Seus redatores tinham consciência da importância de seu papel na sociedade, tomando para si o papel de educar e instruir aquela população que se via em meio a um turbilhão de acontecimentos que movimentavam a sociedade, especialmente no período que englobou o processo de independência. Sobre este aspecto, Marco Morel e Mariana Monteiro de Barros atrelam o nascimento da imprensa a diversas outras transformações no cenário da cidade do Rio de Janeiro. Vejamos:

É interessante sublinhar uma especificidade nem sempre destacada: o surgimento da imprensa no Brasil acompanha e vincula-se a transformações nos espaços públicos, à modernização política e cultural de instituições, ao processo de independência e de construção do Estado nacional (MOREL & BARROS, 2003, P.7).

Os autores relatam que, influenciados por movimentos históricos como a Revolução Francesa e a independência dos Estados Unidos, estes homens de letras com ideias liberais publicavam periódicos, jornais e panfletos dirigidos à nação ou à educação de sua população, combatiam ideias, instituições ou pessoas específicas.

Neste contexto de propagação de ideias liberais, mas ainda vivendo em uma sociedade marcada pelo regime monárquico, caracterizava-se assim um conturbado período de transição no Brasil. Morel e Barros (2003) afirmam que o perfil dos novos intelectuais neste período pode ser classificado em dois grupos: um heterogêneo de escritores patrióticos e liberais, e outro composto por nostálgicos da República das Letras como ela se caracterizava no século XVIII, grupo onde os autores indicam José Bonifácio de Andrada e Silva como pertencente ao mesmo.

Considerando os autores dos periódicos analisados neste trabalho, podemos considerá-los inclusos no grupo de escritores patrióticos e liberais. Como observaremos adiante, a partir da análise de seus escritos, Luís Augusto May redator da *Malagueta*, João Soares Lisboa redator do *Correio do Rio de Janeiro* e Manoel Ferreira de Araujo Guimarães redator do *Espelho*, não se caracterizavam em grandes intelectuais daquele período, mas utilizaram as páginas dos seus jornais para difundirem suas ideias, visando especificamente a liberdade do Brasil. Possuíam ideias liberais e defendiam sempre a liberdade brasileira, de maneira veemente e, por vezes, se envolviam em debates e discussões com outros periódicos.

Voltando a historicidade da imprensa no Brasil, o primeiro jornal publicado foi a *Gazeta do Rio de Janeiro*, que começou a sair a partir de 10 de setembro de 1808, impresso pela Imprensa Régia, mas anteriormente já circulavam no Brasil jornais impressos em Portugal⁴.

A *Gazeta do Rio de Janeiro* foi o primeiro jornal impresso no Brasil, porém o primeiro jornal brasileiro foi o *Correio Braziliense*. Redigido por Hipólito da Costa, foi um importante jornal impresso em Londres que tratava de assuntos interessados aos brasileiros, abordando os fatos ocorridos no Brasil. Foi um dos pioneiros da imprensa brasileira, especialmente na característica de análise e crítica principalmente de questões políticas.

Na comparação comumente feita por historiadores entre a *Gazeta do Rio de Janeiro* e o *Correio Braziliense* observamos que, apesar de a *Gazeta* ser um jornal oficial e o *Correio* fazer críticas ao governo português, pode-se estabelecer pontos em que ambos os jornais concordavam. Morel e Barros (2003) afirmam que apesar de Hipólito da Costa fazer críticas a outros veículos, não registra críticas à *Gazeta do Rio de Janeiro*, observando em algumas publicações do *Correio Braziliense* a transcrição na íntegra de passagens da *Gazeta do Rio de Janeiro*, sem fazer contestações. Os autores concluem, portanto, que ambos os jornais defendiam a forma de governo monárquica e a dinastia Bragança, apoiavam a união luso-brasileira – a de defesa do novo império com sede no Rio de Janeiro – e não concordavam com projetos de revoluções e rupturas.

Lustosa (2010) aponta que a princípio, todos os livros, jornais e outras publicações realizadas aqui seguiam o rigor de censura adotado em Portugal. Na imprensa Régia, a partir de 24 de julho de 1808 constituiu-se uma Junta que passaria a administrá-la, composta por quatro letrados o qual se destacou José da Silva Lisboa, o futuro Visconde de Cairu, figura que se tornou central nos embates políticos que se sucederam ao longo do período que definiria o processo de independência.

As decisões tomadas em Portugal reverberavam no Brasil. Com a promulgação da Constituição Portuguesa em 1821 que tinha como base a liberdade

⁴ Morel e Barros citam que “Desde 1788, por exemplo, a *Gazeta de Lisboa* circulava pela América portuguesa, inclusive no Rio de Janeiro. O mesmo ocorria com as demais publicações impressas em Portugal, como os quinze periódicos que existiram durante o governo do marquês de Pombal (1750-1777): tratando de divulgação de cultura e utilidades, eram noticiosos, científicos, literários e históricos – e lidos pelos portugueses da Península e da América” (2003, p. 17).

de imprensa e opinião em todo território regido por Portugal, logo estas medidas também foram aplicadas no Rio de Janeiro.

Com a liberdade de imprensa instaurada no Brasil, podemos dizer que aconteceu também a propagação da opinião pública. Os jornalistas do período, vendo a si próprios como os homens das Luzes, sábios e instrutores da população, propagavam suas ideias por meio dos novos veículos de comunicação que surgiam na imprensa – os jornais e periódicos. Contudo, essa nova forma de comunicação convivia também com os meios antigos de comunicação que eram cartazes, ilustrações e os debates públicos.

A grande liberdade da qual a imprensa do período usufruía e a circulação dos jornais naquela sociedade tornava-a um campo híbrido, onde podiam publicar um jornal tanto os homens cultos, que possuíam grande formação literária e um alto nível de cultura, quanto aqueles que não possuíam tal nível de formação intelectual, mas participavam ativamente do cenário político e se aproveitavam também da imprensa para defender seus ideais e opiniões.

Esta diversidade de opiniões e formações intelectuais dos redatores fomentava ainda mais os calorosos debates entre os mesmos, que tinham como palco as páginas dos periódicos. Os debates eram acompanhados pela população que, por sua vez, também utilizava a imprensa enviando cartas às redações que eram publicadas nos jornais. Desta forma, os leitores também podiam dar sua opinião sobre os fatos ocorridos na sociedade, criticar os periódicos ou tomar partido nas disputas travadas pelos periódicos. Esboçava-se, portanto, a gênese de uma opinião pública no Brasil – como já mencionado.

Sobre o público leitor daquele período, Morel e Barros (2003) apresentam um estudo na tentativa de identificar qual seria o perfil do público leitor. Iniciam reforçando a ideia de que naquele período assinar determinado periódico significava colocar em determinada posição, adotando uma ideia política, o qual poderia acarretar em consequências ao assinante. Acreditam assim, que as vendas avulsas seriam as mais praticadas por garantirem o anonimato.

Em alguns jornais podemos observar ao final de seu primeiro número uma indicação do local onde se pode comprá-lo. O *Espelho*, por exemplo traz ao final de sua primeira edição uma nota expondo que

A subscrição para este periódico continua na Loja de Paulo Martin, na rua da Quitanda, Nrº33, a 1\$200 pelo trimestre ultimo do corrente

anno. Dezejando porém que concorrão à mesma Subscrição às pessoas, que morão fóra da Cidade, e as quaes seria impossivel a pontual entrega em suas próprias cazas, se receberão igualmente Subscrições em Mattaporcos, e nas Larangeiras, nas Boticas em que se assigna para o Diario, devendo os Subscriptores mandar alli receber os Numeros nos dias designados.

Igualmente se remetterão para as outras Provincias pelos Correios os exemplares pertencentes aos Subscriptores, que para este fim se dirigirem ao Redactor por carta de porte pago, huma vez saudado o preço da mesma Subscrição (*O Espelho*, nº1, 1821).ⁱ

A partir deste extrato observamos a circulação do *Espelho* pelo território brasileiro, partindo da afirmação de que seus números podem ser adquiridos pelos correios. Deve-se destacar também a disponibilidade do jornal na loja de Paulo Martin, importante livreiro português no Brasil que se destacou no cenário literário exercendo tal função. Vendia obras de gêneros diversos, incluindo obras do iluminista Rousseau.

O redator do *Correio do Rio de Janeiro* assim descreve os locais de venda do periódico

Assigna-se para esta Diaria Folha na loja da Gazeta de Manoel Joaquim da Silva Porto, na loja do Diario no Largo da Constituição, e na casa do Redactor na rua da Valla, junto á rua do Ouvidor, N.61.

Os Senhores de qualquer parte do Brasil, que quizerem ser Subscriptores, podem dirigir-se = ao Redactor do Correio do Rio e Janeiro = directamente pelo Correio (porte pago) e o Redactor se obriga a fazer-lhes remessa das folhas regularmente por todos os Correios. Aos Senhores Subscriptores da Cidade serão entregues as folhas em suas casas.

Preço da Subscrição 5\$000 réis por treze meses. Vendem-se avulço nas lojas da Gazeta, e do Diario (*Correio do Rio de Janeiro*, nº2, 1822)

Também observamos a disponibilidade das edições pelos correios, atestando a ampla circulação que este jornal também alcançaria. A possibilidade de compra das edições avulsas caracteriza mais uma opção para quem desejasse adquiri-las, podendo comprar inclusive na casa próprio redator.

Na *Malagueta* também há as seguintes observações acerca da aquisição dos números do periódico

Não me permittindo nem minhas occupaões, nem minhas circunnstancias domesticas tomar, além do trabalho da redacção, cargo algum na administração da Folha que respeitosa e me propaz a offerecer a quem me quizer ler, tenho a honra de prevenir todos os Senhores que quizerem favorecer a obra com sua leitura, se hajão de dirigir aos Sñrs. Moreira, e Garcez na sua Officina na

Rua da Candelaria, N.9. esquina doa Pescadores; porisso que estes Sñrs. Se achão plenamente authorisados para tratar de todos os objectos de sua impressão, direcção, e percepção de rendimentos, cujo liquido se adjudicará a fins de Caridade Christã, e utilidade publica, como constará periodicamente por títulos irrefragáveis; restando-me portanto declarar, que não permittindo ainda o estado da Typographia dos precitados Sñrs. Afiançar a sahida regular de ulteriores trabalhos, serão estes annunciados em seu devido tempo; sendo esta, entre outras, huma causa de se evitar fazer por ora Plano algum de Subscrição: vender-se hão portanto avulsos os Numeros, à descripção dos Proprietarios da referida Typographia, e bem no sentido acima apontado (*A Malagueta*, nº 1, 1821)

Diferentemente dos outros jornais analisados, *A Malagueta* não possui assinatura, sendo seus números vendidos somente avulsos. O redator também afirma não deter outra função além de escrever as edições do jornal, sendo as outras funções até a publicação de responsabilidade da tipografia dos senhores Moreira e Garcez.

Conforme análise de Morel e Barros, os redatores escolhiam o público ao qual se dirigiriam não de forma quantitativa, mas principalmente de forma qualitativa. Levando em consideração a divisão da sociedade nas categorias de cidadão ativo e cidadão passivo contidas na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789. Os autores propõem uma divisão entre o público leitor com estas mesmas categorias, caracterizando-os entre leitores ativos e leitores passivos. Assim explicam esta classificação

Sabe-se que a política das épocas revolucionária e liberal (que marcaram a implantação da modernidade política) manifestava-se no campo do Direito Constitucional por categorias dualistas que formavam uma das bases da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789: as noções de cidadão ativo e cidadão passivo.

Levando em conta esse contexto, propomos então (sempre a partir da leitura dos jornais dos anos 1820-1830 no Rio de Janeiro) a transposição dessas duas categorias de cidadania para o público leitor: leitores ativos e leitores passivos (MOREL & BARROS, 2003, p. 38)

Sobre os leitores ativos, perceberam que alguns jornais priorizavam os membros dirigentes em suas publicações, promovendo um diálogo entre os membros da Republica das Letras e os integrantes daquela categoria. Segundo afirmam

Mais do que um encontro entre letrados, o que estava em jogo era a consolidação de alianças que aproximassem essa elite cultural das elites dirigentes e dominantes. Esses homens das letras buscavam uma integração com outros grupos de poder, que não eram

necessariamente integrantes do campo cultural. (MOREL & BARROS, 2003, p.38-39)

Estava em jogo nesta relação uma tentativa de mecenato. A busca de leitores pertencentes a grupos de cidadãos ricos, poderosos e letrados caracterizava a busca de alianças que, algumas vezes, se mantinham apenas na tentativa, mas muitas outras vezes se concretizavam.

O grupo dos leitores passivos era formado por pessoas pobres, sem instrução. Para muitos redatores este era o principal motivo para o qual não deveriam escrever para seus pares. Estes redatores se viam diante de uma missão civilizadora, pedagógica, se posicionando com o objetivo de educar aquela parcela da população, integrando à sociedade, ofertando-lhe algum grau de cidadania. Dessa forma, segundo Morel e Barros “Pobreza e falta de instrução seriam, pois, as características marcantes do público que era visto como passivo, na medida em que cabia a ele receber as Luzes vindas dos letrados e esclarecidos (2003, p. 41).

A interpretação destes autores e diversos outros pesquisadores do tema – referenciados neste trabalho – reveem a visão de quem compunha os grupos leitores do período restringiam-se as elites, mostrando que o público era mais amplo do que antes se pensava, pois as pesquisas assinalam na direção de uma diversidade de públicos.

Analisando as diferentes posições dos redatores na busca de públicos leitores para seus escritos, bem como os objetivos distintos na escolha deste, podemos destacar um alvo comum a todos: a busca da propagação das ideias liberais objetivando a um progresso naquela sociedade.

Tendo os jornais como objeto de estudo deste trabalho, podemos considerar que o público leitor almejado tanto pela *Malagueta*, como pelo *Espelho* e pelo *Correio do Rio de Janeiro* é o “passivo”. Ambos os periódicos assumiam uma posição crítica perante a situação política no país e se colocavam diante de uma missão de educar seus leitores, difundir suas ideias liberais na defesa de uma Constituição para o Brasil, armando seus leitores e os preparando para esta transformação.

Podemos destacar uma ruptura com a visão da imprensa elitista no início de sua história, visão que foi amplamente difundida e inculcada em nossas

mentes. O público leitor era mais amplo⁵ e buscava-se colocar todos os cidadãos a par das lutas políticas e, inclusive, mobilizá-los na busca de uma tomada de posições.

Esta característica da imprensa proporciona transformações na sociedade. Aumentava-se o número de publicações bem como o número de leitores. Apesar das altas taxas de analfabetismo, as atividades de leitura não eram mais apenas privadas, mas tornavam-se atividades públicas, fazendo com que a atividade impressa tivesse uma importância cada vez mais crescente e trazia à público as discussões contidas nas páginas impressas.

Apesar da restrição no grupo de redatores, observa-se que os periódicos traziam opiniões diversas, eram doutrinários, sendo geralmente identificados com uma determinada liderança ou facção política. Sua linguagem não era presa às normas cultas da época e suas publicações não eram tão frequentes, às vezes dois ou três números por semana.

Inicialmente os livros e jornais não eram diferenciados, eram publicados pelos mesmos editores, vendidos nos mesmos lugares e adotavam o mesmo formato. Exemplos são os jornais *Correio Braziliense* e o *Revérbero*, que adotavam o formato in-oitavo, contendo a mesma quantidade de páginas que compunham um livro e os assuntos eram continuados na edição posterior, indicando uma continuidade do assunto que caracterizava uma narração de uma história. Também havia a circulação de panfletos; porém, não circulavam com certa periodicidade.

Acerca dos panfletos, Lúcia Maria Bastos P. Neves traz uma longa, mas importante explanação acerca dos panfletos

Ao lado dos jornais, os muito menos estudados panfletos e folhetos constituíram uma outra modalidade, não menos importante, de instrumentos de divulgação da nova cultura política. Assumiram várias formas. Alguns, denominados de “folhetos constitucionais”

⁵ Em entrevista á revista eletrônica Tema Livre – no endereço www.revistatemalivre.com – José Murilo de Carvalho fala sobre seu trabalho *Guerra Literária*, naquele período ainda em andamento, onde explica que “Estamos em fase final de levantamento dos panfletos em bibliotecas e coleções do Brasil, Portugal e Estados Unidos. A ideia é publicar esses panfletos em ‘fac-simile’. Acredito que a publicação será de grande auxílio como instrumento de trabalho para muitos pesquisadores, que não vão precisar mais percorrer essas bibliotecas. Acredito também que a análise dos panfletos permitirá reinterpretar a independência no sentido de ressaltar que, se não houve muita guerra, muito tiro, houve, como disse o autor de um dos panfletos, uma guerra literária muito intensa. O fato indica grande participação não apenas de uma elite, mas de muitas outras pessoas no debate sobre a independência. A independência não foi complô de ninguém, nem da elite nem da dinastia. Foi algo muito mais amplo em que se envolveram muitas pessoas. Foi um processo mais popular e nacional.” Acessado em: 12 de fev. 1016.

pelo livreiro Paulo Martim, no Rio de Janeiro, procuravam explicar o vocabulário político liberal, pois julgavam que a divulgação dos impressos tinha atribuído “uma significação nova a todos os termos”, em relação aos quais “um dicionário não nos serve para nada”, devendo-se observar a conduta dos políticos para entender essa “nova linguagem”. Era o caso da *Constituição Explicada*, que examinava o pensamento de Benjamin Constant; do *Constitucional Justificado*; e do *Catecismo Constitucional*, organizado sob a forma de perguntas e respostas. Outros preferiam a forma de diálogos, como o *Diálogo entre o Corcunda Abatido e o Constitucional Exaltado* e o *Alfaiate Constitucional*, uma conversa entre um alfaiate e seus fregueses, seguindo o modelo clássico do *Spectator* de Addison e Steele. No *Diálogo entre a Constituição e o Despotismo*, a primeira, vinda do sul da Europa, encontra-se com o “famigerado despotismo”, travando um duelo de palavras, que termina com a troca de insultos, separando-se os dois interlocutores, “nada satisfeitos um do outro”, para dirigir-se aquele, “a grandes jornadas para Laybach, onde deve assistir ao Congresso dos Ministros, e esta [a Constituição] para o Brasil, onde era há longo tempo apetevida” (NEVES, 1999 p.5)

A autora também acrescenta que alguns panfletos recorriam à paródia de orações religiosas para transmitir suas ideias (Neves, 1999).

Morel e Barros (2003) apontam que a imprensa periódica era basicamente artesanal. O tipo de publicação que mais se proliferou na imprensa do período da independência foi o pasquim, jornal de formato pequeno de no máximo quatro páginas, onde se responsabilizava apenas um redator, no máximo dois. Os jornalistas não compunham uma classe profissional, qualquer letrado que se interessasse por atuar na vida pública poderia fazer circular sua publicação.

Lustosa (2000) cita o trabalho de Maria Beatriz Nizza da Silva (1972) que assevera em torno da divisão entre a linguagem vulgar e a linguagem literária. Silva aponta a dificuldade enfrentada pelos historiadores na análise e compreensão do pensamento das populações iletradas do início do século XIX, pois apenas a linguagem culta merecia lugar de atenção e foi registrada nos livros e jornais. Geralmente a denominada literatura popular estaria relegada apenas à oralidade, merecendo sua transcrição apenas quando se destinava à transmissão de um conhecimento.

Em contrapartida, como assinala Lustosa uma importante característica da imprensa da independência, foi a incorporação de gírias e aforismos nos artigos dos jornais. Naqueles espaços até mesmo os homens mais cultos da sociedade utilizavam uma linguagem popular nos seus escritos para atingir seus objetivos e mesmo para atacar seus opositores.

A linguagem utilizada era bastante veemente, por vezes agressiva. Não se buscava naquele agitado contexto uma imprensa essencialmente descritiva dos fatos; mas, uma imprensa crítica, de opinião, que sabia se valer da liberdade de imprensa para travar disputas e defender seus ideais. Observa-se a grande importância que os redatores davam a este princípio da liberdade de imprensa e a preocupação que manifestavam a qualquer sinal de repressão à sua liberdade de expressão.

O direito ao anonimato garantia o clima enérgico e o acirramento das disputas que se observavam nos jornais. Isabel Lustosa recorda que mesmo Dom Pedro valia-se do anonimato para escrever artigos agressivos contra os jornalistas mais críticos ao seu governo. Os irmãos Andrada, importantes personalidades naquele cenário político, também utilizavam de pseudônimos ao escrever seus artigos.

Ao mesmo tempo, o direito ao anonimato, que será uma das características da radical liberdade de imprensa do tempo, funcionará como um estimulante para a maior ousadia dos redatores. Sob pseudônimo, D. Pedro escreveria os agressivos artigos que publicou contra Soares Lisboa e Luís Augusto May, no *Espelho*. Seria também sob pseudônimo que os Andrada atacariam o imperador no *Tamoyo* (LUSTOSA, 2000, p. 32)

Os pseudônimos eram muito utilizados também pelos leitores, que a ele recorriam ao escrever para os jornais que possuíam espaço para a publicação de carta dos leitores, dando sua opinião sobre os principais assuntos políticos e se posicionando inclusive a favor ou contra outros jornais.

1.1.1 Figuras de destaque na imprensa nacional

O primeiro jornal brasileiro foi o *Correio Braziliense*, publicado em Londres por Hipólito da Costa Pereira Furtado de Mendonça. Durante muito tempo a voz de Hipólito seria a única voz dissonante na cena da imprensa brasileira, ainda reprimida pela censura total (LUSTOSA, 2000).

Hipólito da Costa inaugura o estilo de jornalismo crítico e analítico, tendo sido a pedra no sapato dos políticos brasileiros de junho de 1808 a dezembro de 1822 – período de publicação do jornal – desde seu início, ironizava as medidas da Corte, manifestando-se contrário a muitas delas.

Demonstrando-se um monarquista constitucional nos moldes britânicos, era avesso ao absolutismo e desejava que ocorressem mudanças no Brasil, mas não que estas mudanças fossem realizadas pelo povo. Lustosa (2000) afirma que Hipólito da Costa demonstrava aversão as ideias democráticas provindas da Revolução Francesa.

Sobre a permanência da Corte no Rio de Janeiro, Hipólito da Costa foi um ferrenho defensor da permanência da família real no Brasil, pois afirmava que a instalação da Corte no Brasil inverteu os papéis, tornando Portugal a colônia e o Brasil a metrópole. Escreveu diversos artigos apontando as vantagens que a permanência aqui traria para o rei Dom João VI.

O primeiro jornal publicado no Rio de Janeiro após as medidas que estabeleciam a liberdade de imprensa no Brasil, no entanto, foi o *Conciliador do Reino Unido* publicado pelo censor José da Silva Lisboa. Consequentemente, o jornal defendia a necessidade de censura prévia das publicações aqui realizadas.

Cairu acreditava que os censores oficiais deveriam ser considerados como os “cônsules romanos, guardas da honra da Nação e da tranquilidade pública” que, monitorados pelo Senado, “zelariam para que o Estado não sofresse detrimento”. Ele compara a liberdade civil e de imprensa ao vinho espirituoso, que atordoa as cabeças fracas e arruína os estômagos débeis (LUSTOSA, 2010, p.376).

Apesar de defender a censura, José da Silva Lisboa se valeria da imprensa para difundir e defender suas ideias e promover debates contra aqueles que se manifestavam contrários.

Outra importante figura na imprensa brasileira que vale ser destacada é José Bonifácio de Andrada. De grande atuação no cenário político do período da independência, tocou o governo com mão forte e em suas publicações, que não eram claramente atribuídas a si, procurava defender sua imagem de homem virtuoso e em certo grau de superioridade. Combatia seus inimigos confundindo-os com inimigos do governo.

Dois dos jornais que foram utilizados pelo ministro e seus aliados para defender sua imagem e suas posições e atacar seus oponentes estavam a *Gazeta do Rio de Janeiro* posteriormente denominado de *Diário do Governo*, e *O Espelho*. Ambos os jornais eram subsidiados pelo governo (LUSTOSA, 2010).

Após simular sua demissão do cargo de ministro, a pedido de Dom Pedro José Bonifácio volta ao cargo e promove uma devassa contra o grupo oposicionista e decreta o fechamento dos seus jornais. Esta medida tem duração até a abertura da Assembleia Constituinte e Legislativa do Brasil, em que muitos dos seus inimigos, agora eleitos deputados, protestaram contra a repressão que a imprensa vinha sofrendo e a maneira autoritária com que Bonifácio governava. O clima de liberdade foi retomado e os jornais voltaram a circular.

Após a demissão de José Bonifácio, os irmãos Andrada passaram a utilizar a imprensa para expor suas ideias e fazer propaganda de si mesmos. O primeiro jornal escrito pelos irmãos foi *O Tamoio*.

O Tamoio está repleto de textos em que os Andrada aparecem como cidadãos especiais, donos de inteligências privilegiadas, de coragem denodada. Lendo o tamoio, fica evidente o alto conceito que faziam de si mesmos e a distância que estabeleciam entre eles e os seus concidadãos, mas também a consciência que tinham da importância da propaganda impressa para a fixação de uma imagem positiva. Nisto foram muito mais eficientes do que seus adversários. Apesar das denúncias daqueles, a imagem de sábios foi a que prevaleceu. (LUSTOSA, 2010, p.382)

No entanto, o principal jornal utilizado por José Bonifácio foi *O Regulador*, jornal financiado com dinheiro dos cofres públicos, o qual declarava que sua intenção principal era defender o Ministério.

1.1.1.1 Periódicos incendiários : *A Malagueta, Correio do Rio de Janeiro, O Espelho.*

A Malagueta foi o último jornal a surgir no Rio no ano de 1821. Seu redator, Luís Augusto May, nasceu em Lisboa no ano de 1782. Sentou praça em 1798 chegando ao posto de capitão de artilharia, estudou em Coimbra e fez parte do Batalhão Acadêmico juntamente com José Bonifácio. Também atuou como funcionário da Secretaria de Legação Estrangeira em Londres.

Chegou ao Brasil em 1810 para trabalhar como intérprete dos trabalhadores suecos da fábrica de ferro de São João de Ipanema, em Sorocaba, São Paulo.

Isabel Lustosa (2000, p. 158) traz a transcrição da carta de recomendação que May trouxe escrita por D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho, o conde de Funchal, na qual lemos

Escrevo esta carta ditando ao portador, o tenente Luís Augusto May, o qual além do ofício que já escrevi a seu respeito, deseja esta carta particular com que se te apresente. É natural que escrevendo ele mesmo a carta, eu não diga nem muito bem nem muito mal [...] O conhecimento que tem das línguas inglesa e francesa o habilitam igualmente para o serviço civil e militar principalmente se seu chefe o vigiar bem e não o deixar conversar demais (carta datada de 7 set. 1810, *apud* DOURADO, p. 233).

May almejava um cargo público. Foram várias as suas tentativas de alcançar um cargo, porém, não conseguiu o apoio de nenhum padrinho que pudesse contribuir para que alcançasse seu objetivo. Longe de conseguir seu sonhado cargo, e vendo-se ameaçado pelas decisões das Cortes portuguesas, resolve lançar-se no campo da imprensa e publica em 18 de dezembro de 1821 o primeiro número da *Malagueta*. Seu jornal contava com o patrocínio de Manuel Joaquim Portugal de Lima, que lhe doou o material tipográfico.

Inicialmente o jornal era publicado semanalmente, passando posteriormente a ser publicado duas vezes por semana. Compunha-se por um longo artigo único escrito pelo redator, em primeira pessoa, e muitas vezes como a forma de uma carta a D. Pedro. Lustosa (2000) lembra que May tinha mania de escrever para D. Pedro, mesmo que nem sempre com sucesso. O conteúdo de seus escritos era pesado tanto pela sua linguagem quanto pelo conteúdo abordado. Procurava intervir no debate político sugerindo medidas constitucionais.

Era culto e conhecedor dos pensadores iluministas. Como epígrafe do seu jornal – em todas as edições –a trazia uma frase de Jean-Jacques Rousseau: “Quando se diz acerca dos negócios do Estado: Que me importa? Deve-se contar que o Estado está perdido” .

Ao final do número 14 da *Malagueta*, publicada em 6 de abril de 1822, percebemos claramente a maneira como o redator escreve se dirigindo diretamente à D. Pedro, além de pontuar os assuntos que são abordados em seu jornal

O N.º 14, no qual não me dirijo se não a V.A.R. supplicando se Digne Proteger Constitucionalmente a subscrição da minha Folha,

empreendida em momentos árdus, já pela natureza das circunstâncias, em que o Escriptor se viu já pela minha insuficiência, maiormente comparada esta com a superioridade dos Escriptores do dia; mas como meos tópicos são sempre Constituição, União, Tranquilidade, e obediencia às Leys, e com esta ao Governo, vou marchar de Cabeça levantada, sem receios, sem prejuízos, sem respeitos humanos, e com os olhos fitos em V.A.R. Beija a sua Augusta Mão – Senhor. –

O Redactor da Malagueta (A Malagueta, nº 14, 1822)

Acerca da linguagem adotada por May e seus embates entre outros periódicos, o próprio redator esclarece em uma de suas publicações que

Na verdade não me pude conter, e forçando os meus apouradíssimos talentos, procurei arranjar estas observações, que lhe rogo as mande inserir no seu Periódico; movendo-me a isto a dificuldade, encontro nesta Cidade de manifestar os meus sentimentos por meio da imprensa, que sendo única, propriedade de luta servil, a muito custo imprime o Diário Constitucional, por ser de lingoagem liberal, alheia, e diametralmente oposta á do Semanário Cívico, e Idade de Ouro; (...) (A Malagueta, nº12, 1822).

Ao longo de suas publicações, a *Malagueta* entrou em debate com outros periódicos, especialmente devido as suas posições bem marcadas e sua linguagem mais ácida. O próprio redator se viu diante de discussões com seus adversários, sofrendo inclusive dois ataques, marcados por agressões físicas a mando de opositores.

Escrito por João Soares Lisboa, o *Correio do Rio de Janeiro* começou a circular em 10 de abril de 1822. Sua epígrafe consistia em uma frase do poeta português Filinto Elísio: “Neste limpo terreno virá assentar seu trono a vã filosofia mal-aceita”.

Quando lançou o *Correio* Lisboa já morava no Brasil há 23 anos, por isso considerava-se mais brasileiro do que português. De origem simples, o proprietário e redator de *O Correio* foi comerciante na cidade do Rio de Janeiro.⁶ Era portanto modesto, e não possuía muitos estudos. Lustosa (2000) nos lembra que

⁶ Isabel Lustosa explica que Lúcia Bastos Neves descobriu que Lisboa era comerciante a partir de uma matrícula que obteve em 1818, como comerciante de grosso trato na Real Junta do Comércio. Cita Uma declaração de que ele “se achava estabelecido com créditos e fundos proporcionados para o giro de seu negócio tendo, além disso, instrução suficiente de Comércio e Escrituração Mercantil” (NEVES, 1992, p. 91 apud LUSTOSA, 2000, P. 177).

veio de Portugal muito moço, às vezes escorregava no vernáculo, e os seus adversários, mais ilustrados proferiam-lhe frequentes ataques.

O redator revela um estilo bastante popular, de linguagem simples mas que escrevia com paixão e lealdade aos seus ideais. Suas intenções e seus pensamentos estavam sempre claros, não havia nada a esconder dos leitores. Conforme Lustosa:

O estilo popular do jornalista já se revelava no primeiro número, lançado numa quarta-feira. Nele, João Soares diria que o *Correio* se propunha a inserir toda a correspondência recebida, contanto que não encerrasse diatribes e sarcasmos, porque, acrescentava, “não prostituiremos a nossa folha a semelhante linguagem: argumentar é próprio do homem livre, bem-educado; atacar é próprio de quem não teve educação, nem adquiriu sentimentos de honra” (LUSTOSA, 2000, p.174-176).

De acordo com a sua declaração é exatamente a linguagem popular que observamos no *Correio do Rio de Janeiro*. Ao contrário da linguagem informal e cheia de ataques a que se utilizava Luís Augusto May na *Malagueta*, no *Correio* observamos uma linguagem que não utilizava ataques ou ofensas, e os pontos de vista dos autores das cartas são defendidos mediante a argumentação. Defende-se a autenticidade das cartas publicadas em seu jornal.

Preocupava-se em instruir os seus leitores, como esclarece em uma publicação do dia 26 de abril de 1822, na qual inicia o artigo explicando que o jornal publicará a tradução da obra do escritor Gastine.

Encontramos poucas informações disponíveis acerca do autor, porém os dados encontrados apontam que Gastine teria vivido entre 1739 e 1822⁷. O autor de nacionalidade francesa, além da obra *Da liberdade dos povos, e dos direitos dos monarcas chamados para governar* – traduzida por Lisboa no *Correio do Rio de Janeiro* – também escreveu uma obra sobre a independência do Haiti e a abolição dos escravos nas colônias francesas intitulada *Carta ao rei sobre a independência da República do Haiti e da abolição da escravatura nas colônias francesas*.

Apesar de no Brasil a independência não ter tomado os mesmos rumos que a independência haitiana, e não haver mesmo nos jornais menções

⁷ Disponível em: < data.bnf.fr>. Acesso em: 13 de fev. 2016.

referentes a abolição ou a escravidão, encontramos evidências da mesma linha de pensamento seguida por Lisboa no conteúdo da tradução mencionada. Ambos compartilhavam da ideia do direito dos países a sua liberdade, defendendo uma monarquia constitucional. Portanto, a escolha da obra de Gastine para figurar no jornal não é aleatória, foi apropriado para o contexto da discussão sobre a Independência do Brasil.

Segue abaixo um extrato da tradução publicada no *Correio do Rio de Janeiro*:

Para instrução daquelles de nossos Leitores que não tem conhecimento de linguagens estrangeiras, traduzimos os seguintes pensamentos de Gastine, judicioso Escriptor, cujas preciosas produções de hum sublime gênio são pouco conhecidas, segundo pensamos no Brasil: queira o Ceo que fiquem seguras, e bem impressas nas memórias de nossos Concidadãos estas eternas verdades, e que dellas fação uso sem abuso, lembrando-se que, *reformatar não destruir*, e que quem destroe hum edifício, onde bem ou mal se acha alojado, antes de ter edificado outro, fica exposto a todas as inclemências do tempo, soffrendo em consequência o ardente calor do Estio, e o gêllo do Inverno, que não poucas vezes por sua intemperança cauza prematura morte. (*Correio do Rio de Janeiro*, nº 15, 1822).

Na tradução é feita a comparação do Estado com uma família, onde o Rei é comparado com a figura do pai. É destacado que em seu estágio inicial, a figura do rei supre todas as necessidades da nação, mas com passar dos séculos a sociedade torna-se mais complexa e diante de tal desenvolvimento esta figura torna-se cada vez mais ineficaz.

Um ponto a ser destacado é que em alguns momentos percebemos o emprego da palavra “luz” durante a argumentação nos parágrafos que concluem a tradução e o pensamento do próprio redator João Soares Lisboa, que pode ser apontada como uma referência ao pensamento liberal do redator.

A tradução continua nos número 18 e 19, dos dias de 30 de abril e 1 de maio de 1822, respectivamente. E, ao final da tradução, João Soares Lisboa tece as seguintes considerações:

Depois de tudo o que fica demonstrado, he tão claro como a luz, que a forma de governo de hum Pôvo deve mudar, e tornar-se de mais em mais liberal à proporção do progresso dos conhecimentos. Se na infância de huma Nação o Rei pode prevenir e

satisfazer as necessidades de seus súbditos, as quaes não consistem senão em objectos de primeira necessidade, he evidente que, seguindo a lei da natureza, da qual nenhuma força humana pode suster os passos, he evidente, digo eu, que este Pôvo com a idade se civilizará, e fará mais ou menos grandes progressos nas artes, e sciencias; sua industria e comercio, que adquirirão cada dia maior extenção e importância, estabelecerão entre si e seus vizinhos relações e vínculos que antes dispensavão, e pela continuação destas contractará huma infinidade de precisões, e faltas que tornarão immensos os detalhes de seu governo, que tão simples era alguns séculos antes, e que se tornará, pelo effeito da civilização, complicado a ponto que a cabeça a mais bem organizada não poderá abranger todos os detalhes, e dirigillos ao mesmo tempo.

He huma verdade eterna e incontestável, que cada passo que dá huma Nação para as luzes da civilização, seu Soberano desce hum degrao do throno, e que he o momento chegado em que as luzes do tempo tem elevado o Pôvo (1) em paralelo do throno; collocando a lei entre o Soberano e os subditos, ella deve igualmente reinar sobre estes e sobre aquelle (*Correio do Rio de Janeiro*, nº 19, 1822).

Com a tradução deste pensador e a conclusão de Soares Lisboa acima transcrita, o redator faz uma crítica à monarquia colocando sua ineficácia frente ao nível de desenvolvimento que a nação atingiu naquele momento, trazendo à tona a necessidade da instauração de uma monarquia constitucional, onde os poderes do monarca são limitados pela lei ou, como se refere o próprio redator “collocando a lei entre o Soberano e os subditos, ella deve igualmente reinar sobre estes e sobre aquelle”.

O primeiro número do *Espelho* foi lançado em 1º de outubro de 1821. Seguindo a mesma configuração que a maioria dos demais periódicos publicados no período, apresentava quatro páginas por publicação onde seguia um artigo escrito pelo redator, mas abria espaço também para cartas e mesmo informações adicionais. No seu primeiro número, por exemplo, incluiu a relação dos deputados e suplentes da Bahia a representar o Brasil nas Cortes portuguesas e informações sobre o comércio.

Ao final de sua primeira edição traz uma sessão final denominada “Advertências”, na qual faz as seguintes observações sobre o jornal

Neste Numero não se transcrevem as Entradas e Sahidas das Embarcações, como intentamos nas seguintes, porque a sua exposição terá por época o dia de hoje 1º de Outubro. Dar-se-há a este objecto a necessária attenção para que se torne útil ao Commercio.

A subscrição para este periódico continua na Loja de Paulo Martin, na rua da Quitanda, Nrº33, a 1\$200 pelo trimestre ultimo do corrente anno. Dezejando porém que concorrão à mesma

Subscrição às pessoas, que morão fóra da Cidade, e as quaes seria impossivel a pontual entrega em suas próprias cazas, se receberão igualmente Subscrições em Mattaporcos, e nas Larangeiras, nas Boticas em que se assigna para o Diario, devendo os Subscriptores mandar alli receber os Numeros nos dias designados.

Igualmente se remetterão para as outras Provincias pelos Correios os exemplares pertencentes aos Subscriptores, que para este fim se dirigirem ao Redactor por carta de porte pago, huma vez saudado o preço da mesma Subscrição. Por cartas semelhantes se poderão dirigir ao mesmo Redactor os Litteratos, que lhe quizerem comunicar suas luzes, ou fornecer interessantes noticias, do que se tirará todo o proveito, que permitir a extensão desta folha.

Logo que permittão mais amplos recursos da Typographia se augmentará o numero de folhas deste Periodico.

O N°2 sahirá quarta feira 10 do corrente, e continuará impreterivelmente no mesmo dia das seguintes semanas.

Com este numero, se distribue grátis aos assignantes deste Periodico a Defesa do Coronel Manoel Ferreira de Araujo Guimarães contra as acusações publicadas na Gazeta N°76 (*O Espelho*, n°1, 1821).

Neste espaço se expõe as intenções e ambições de ampla circulação do jornal, além de orientações aos leitores sobre como será seu funcionamento, abre espaço para o envio de cartas, traz explicações sobre seu conteúdo relatando a ausência das entradas e saídas de embarcações neste número, e já avisa sobre quando sairá o próximo número, demonstrando que será uma publicação semanal. Sua edição se dava na Imprensa Nacional do Rio de Janeiro.

Quanto a defesa do Coronel Manoel Ferreira de Araujo Guimarães contra as acusações publicadas na Gazeta que, segundo este extrato segue gratuitamente para os assinantes, seria apenas a primeira diante de outras discussões envolvendo *O Espelho* e outros periódicos.

Ferreira de Araújo foi o ex-redator da *Gazeta do Rio de Janeiro* lançando também *O Espelho*. Neste periódico também escreveria Dom Pedro I. Apesar de afirmar que se defenderia, no primeiro número do periódico tal defesa não se incluía na edição. Lustosa (2000, p.149) aponta que a primeira polêmica em que o jornal se viu envolvido foi com o *Revérbero*. Após este episódio, suas atenções voltam-se contra *A Malagueta*, em uma troca de acusações que ocuparia as páginas de diversas números.

O Revérbero, *o Espelho* e *a Malagueta* surgiram, nesta sequência, durante o segundo semestre de 1821. Diferiam totalmente dos três jornais que haviam aparecido no primeiro semestre daquele ano. Apesar de ainda se

desmancharem em reverências diante do príncipe, cada um deles foi publicado por conta e risco de seus redatores e representavam opiniões divergentes sobre a condução do processo político (LUSTOSA, 2000, p. 172).

Envolveu-se, também, em desavenças com periódicos de outras províncias, como o *Semanario Civico*, da Bahia. Este desferiu ofensas contra o *Espelho* em seu número 60, que foi transcrito no número 61 do próprio *Espelho*:

(...) mas falta de razões, contentou-se de brindar-nos no N.º 60 da sua nefanda folha com o seguinte obsequio: “Appareceu depois o Espelho, e o Rio de Janeiro em nada melhorou com esta nova producção: o Redactor só se occupava em transcrever alguns sediços artigos das Folhas estrangeiras, das Folhas de Portugal, a tabella dos preços correntes; objectos pela maior parte já sabidos, e que em nada podião influir para o melhoramento e instrucção do povo do Brasil” (*O Espelho*, nº61, 1822).

O redator do *Espelho* trata de assim responder:

Lemos folhas desta Cidade até 16 de Maio (Idade d’Ouro, e Semanario Civico), e não podemos passar em silencio o segundo, não por nos persuadirmos de que merecem attenção os gabos, com que seu entronhado Redactor pretende instruir o Publico dos verdadeiros principios Constitucionaes, ao passo que lhe faltão os primeiros rudimentos, como se conclue de seus assanhados escritos; mas para advertir a este anti-Brasileiro que os Redactores do Rio não prostituem a sua penna ao interesse particular dos Aulicos, mas sim se votão affincadamente à causa da sua pátria, sacudindo dourados ferros, e descobrindo solapadas tramas. Quando em taças elegantes nos propinão o mortífero veneno, não nos illudimos como crianças com a belleza do vaso. Não adormecemos ao som fallaz das sereias atinadas, sempre à lerta contra o Despotismo com mascara da Liberdade (*O Espelho*, nº61, 1822).

O jornal trazia um discurso em defesa à liberdade e à constituição, trazendo elogios à D. Pedro e mesmo à D. João VI. Também trazia uma linguagem mais ácida, envolvendo-se em debates com outros periódicos mesmo de outras províncias, como vimos acima contra o *Semanário Cívico*, da Bahia. O que também demonstra que havia a circulação dos periódicos entre as províncias, permitindo-nos aventar a hipótese de que os impressos do período focado tiveram uma importância para o início da constituição do Brasil como um “corpo político autônomo⁸”.

⁸ Aproprio-me da expressão utilizada por , Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho Souza ao trabalhar o período do Primeiro Reinado no Brasil.

2 “A GRANDE OBRA DA LIBERDADE NACIONAL”: LUTAS E CONFLITOS EM TORNO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

A frase que dá o título para este capítulo pode ser encontrada no número 5 do jornal *Correio do Rio de Janeiro*, de João Soares Lisboa. O redator expressa com esta frase, qual é o maior objetivo a que vieram tanto seu periódico quanto tantos outros que foram publicados entre 1821 e 1822. Estes periódicos almejavam e procuravam contribuir com a concretização da “grande obra da liberdade nacional”, ou seja, instaurar a Constituição brasileira, tornando o Brasil politicamente autônomo.

Antes de iniciar uma análise do processo de independência do Brasil, é importante trazer alguns dados sobre a cidade do Rio de Janeiro dos séculos XVIII e XIX – local de onde se assistiu de perto os fatos dos quais culminaram na independência – além de destacar as transformações ocorridas com a chegada da Corte.

O Rio de Janeiro possuía um pequeno número de habitantes, prevalecendo ainda no século XVIII numerosas nações indígenas. As ruas da cidade eram sujas, estreitas e escuras, a cidade não possuía sistema de esgotos ou qualquer outra obra que contribuísse para a higienização, e a população mantinha costumes coloniais.

As mulheres vivem sempre embuçadas, sentadas no chão ou sobre esteiras; os homens do povo com um poncho ou manto, e os nobres com a espada à ilharga. Ainda no dizer de Capistrano de Abreu, às refeições “só os homens serviam-se de faca; mulheres e meninos comiam com a mão”. (FALCÓN & MATTOS, 1986, p.298.)

Com o desembarque da Corte no Rio de Janeiro, Francisco C. Falcón e Ilmar Rohloff de Matos (1986) assinalam as mudanças nos costumes e nos gostos daquela população. Observou-se um aumento das residências afastadas, mais higiênicas, produtos de maior qualidade, os hábitos a mesa se tornaram mais refinados introduzindo o uso de talheres. E ainda influenciaram na moda, além de transformações no cenário urbano.

Podemos observar, porém, transformações não somente nos costumes dos habitantes da colônia, mas também mudanças entre os portugueses

da corte. Jurandir Malerba (2000) considera que ocorreram influências dos portugueses no Rio de Janeiro, mas também ocorreu um esforço por parte dos portugueses para se adaptar à realidade brasileira.

Um aspecto interessante apontado pelo autor do cotidiano brasileiro ao qual os portugueses precisaram se adaptar, foi a presença do grande número de população negra e mestiça. Eles vagavam pelas ruas realizando trabalhos para os seus senhores. Tal convivência não era observada na Europa. Considerando os hábitos à mesa, apenas seguiam as regras de etiqueta até determinada altura.

Malerba aponta o caso da cerimônia do beija-mão real, que punha o monarca em contato direto com os seus vassallos e reforçava a autoridade paternal do monarca sobre seus súditos. O beija-mão real acontecia permeado por uma série de exigências e havia um protocolo a ser seguido para que ocorresse, porém

Todo esse aparato não foi religiosamente cumprido no Rio, apesar da frequência e da importância do beija-mão para a política aderente de dom João. Henderson descreve minuciosamente a movimentação em torno da cerimônia. Conta que toda noite, por volta das oito horas, com exceção de feriados e domingos, o rei recebia o público numa sala pronta para esse propósito, no palácio de São Cristóvão. As estradas que vinham da Cidade Nova, Catumbi e Mata Porcos ficavam repletas de oficiais e pessoas comuns, que para lá se dirigiam em *cabriolets*, na garupa de cavalos ou a pé, todos à cata de alguma graça real (MALERBA, 2000, p. 285).

A primeira transformação, que trará consequências para todas as províncias, foi a abertura dos portos decretada mediante a Carta-Régia de 28 de janeiro de 1808, que foi efetuada poucos dias após a chegada da Família Real na Bahia. Estavam liberadas as trocas comerciais do Brasil com outros países quebrando o monopólio comercial exercido pelos portugueses.

Pontos importantes da decisão de abrir os portos brasileiros, do ponto de vista da Colônia são apontados por Falcón e Matos (1986, p. 304)

Do ponto de vista da Colônia, e mais especificamente do Rio de Janeiro, a abertura dos portos possibilitou, de imediato, a expansão das trocas, a invasão do mercado colonial por produtos estrangeiros, especialmente ingleses, o estabelecimento de numerosos comerciantes estrangeiros em prejuízo os até então privilegiados reinóis, e até mesmo situações pitorescas como a do amontoado de mercadorias, trazida às pressas da Inglaterra que sofria os efeitos do Bloqueio Continental.

Tomada a medida, para que os comerciantes portugueses fossem compensados, mesmo com a redução dos impostos para os produtos ingleses,

mantiveram-se os impostos previstos para os portugueses abaixo dos valores cobrados para os demais.

Falcón e Matos apontam que estas ambiguidades na política econômica da Corte são propositais e inevitáveis no contexto da adoção de medidas liberais em uma área colonial, além de serem necessárias mediante a instalação do aparelho burocrático no Rio de Janeiro, mas que não podem ter sua importância exagerada, pois explicam que

Em termos estruturais, a economia colonial não sofreu qualquer alteração, mantendo-se o caráter dependente do mercado internacional montado pelo capital mercantil, embora se iniciasse uma nova fase de adaptação externa, face ao desenvolvimento do capitalismo industrial e liberal. A própria expansão das exportações brasileiras é um fenômeno conjuntural, que se vincula a condições externas favoráveis (FALCÓN & MATOS, 1986, p.306).

O mundo naquele momento passava por uma recessão e a economia brasileira também passava por dificuldades. Este quadro foi agravado pelos gastos gerados pela Corte que, para saldar suas dívidas aumentavam os impostos, criavam outros, atrasavam o pagamento de funcionários. Fatos que colaboraram para que a Corte adquirisse perante a população uma imagem de corrupta, situação essa que pode ser observada também entre os integrantes da Corte, como a descrita pelo bibliotecário Luis dos Santos Marrocos: “Há muitas e muitas obras, mas são daquelas, de que os pseudo-brasileiros, vulgo janeiristas, se servem para promover o boato de persistirmos aqui eternamente”⁹.

Aliado a este clima de descontentamento, os movimentos liberais ocorridos na Europa influenciaram a situação política brasileira e transmitiram os ideais liberais para população, especialmente por meio da imprensa.

Acerca desta influência, Lúcia Maria Bastos P. Neves afirma que

Entre 1820 e 1822, colocadas na ordem do dia pelo Vintismo português, as ideias liberais adquiriram uma inédita divulgação no Brasil, por meio de uma extraordinária quantidade de jornais e folhetos, muitos dos quais circularam entre os dois lados do Atlântico. Nos debates que veicularam, é possível identificar uma determinada cultura política da Independência, profundamente enraizada nas mitigadas Luzes portuguesas (NEVES, 1999, p.1).

⁹ Maria Odila da Silva Dias (1986, p. 172) cita esta transcrição da carta de Luiz dos Santos Marrocos, que demonstrava os investimentos locais como uma vontade da Corte em permanecer no Brasil. A autora chama a atenção para o fato de que em suas cartas, ele ressaltava também o atendimento à interesses particulares, em concessões e privilégios nas numerosas obras públicas que se seguiam em andamento na Colônia. Esse é um forte indício, para empregar a expressão de Dias, do “enraizamento dos interesses portugueses na colônia”.

Neves (1999) prossegue listando alguns jornais e panfletos, publicados principalmente em Lisboa e Coimbra. Entre eles, há alguns defensores da ordem tradicional, sendo por ela citados o *Punhal dos Corcundas* e a *Tripa Virada*. Em contrapartida, a maioria seria veículos difusores das novas ideias liberais e constitucionais, como era o caso do *Gênio Constitucional*, do *Astro da Lusitânia*, do *Campeão português em Lisboa* e do *Minerva Constitucional*, entre outros.

A revolução do Porto provocou transformações diretas na política brasileira. Os portugueses já não aceitavam mais a situação a que estavam expostos, recebendo ordens do rei vindas do Brasil e sendo comandados efetivamente pelo chefe do Exército, o marechal John Beresford. Diante deste contexto, os ingleses eram quem controlavam a regência em Portugal.

Após o fim da guerra em 1814 – com a evasão das tropas francesas – portugueses apoiados pelos ingleses iniciaram gestões na tentativa de promover o regresso de D. João para Portugal, que não aceitava voltar. Na Europa o liberalismo se tornou sinônimo de independência e unidade, representados pelos portugueses pela volta do rei, a expulsão dos ingleses e pela implantação da constituição (LUSTOSA, 2000).

Poucos meses após ser sufocado um movimento dos maçonicos na tentativa de aclamar D. João como rei constitucional, fundou-se na cidade do Porto o Sinédrio¹⁰, uma associação secreta que visava promover uma revolução liberal no país. A princípio atuaria como um espaço de discussão político-intelectual, mas que posteriormente, aderiria aos seus ideais as reclamações da população portuguesa diante das dificuldades econômicas decorrentes da guerra, como por exemplo a das tropas, insatisfeitas com o atraso do pagamento dos soldos. Importantes comandantes militares aderiram ao Sinédrio, contribuindo para que possuísse um dispositivo militar ameaçador.

Beresford se desentendeu com o governador D. Miguel Pereira Forjaz e embarcou para o Brasil para resolver o impasse. Antes mesmo que

¹⁰ Segundo o dicionário Aurélio, a palavra sinédrio provém do grego synédrión, e significa “assembleia reunida sessão [...] Entre os antigos judeus, tribunal, em Jerusalém, formado por sacerdotes, anciãos e escribas, o qual julgava as questões criminais ou administrativas referentes a uma tribo ou a uma cidade, os crimes políticos importantes, etc”(2010, p.1938).

retornasse para Portugal com notícias das decisões tomadas aqui a revolução eclodiu no Porto, e Beresford foi impedido de desembarcar no país.

O principal objetivo da revolução era convocar as Cortes Gerais para a elaboração de uma Constituição. Enquanto a revolução acontecia em Portugal, no Brasil houve manifestações de apoio aos revolucionários portugueses.¹¹ Diante da evidência de que haveria Cortes Constituintes em Lisboa, D. João retorna para Portugal e permanece no Brasil seu filho D. Pedro como Regente.

No Brasil, se trava a luta ao redor da figura do príncipe D. Pedro, na tentativa de afastá-lo da influência das Cortes portuguesas, já que sua tendência natural seria favorável à Portugal. Isabel Lustosa ao citar Caio Prado Júnior e Barbosa Lima Sobrinho, afirma que

A luta dos que aqui ficaram se travaria exclusivamente em torno do herdeiro da Coroa, como diz Caio Prado, “num trabalho intenso de afastar da influência das Cortes portuguesas e trazê-lo para o seio dos autonomistas”. Para Barbosa Lima Sobrinho, o trabalho de José Bonifácio e de Hipólito da Costa foi o de fazer com que o destino do príncipe se confundisse com o do Brasil. D. Pedro foi atirado na luta contra as Cortes portuguesas e contra os projetos de recolonização do Brasil. Da perspectiva daqueles autores, foi dessa manobra, coroada de êxito, que resultou a Independência (PRADO JÚNIOR, 1947; LIMA SOBRINHO, 1996. Apud LUSTOSA, p. 62).

Falcón e Matos (1986) analisam o sentido das palavras revolução e liberalismo aplicados à colônia naquele período. Os autores afirmam que os sentidos destas palavras não eram os mesmos do que para os portugueses, poucas camadas da sociedade brasileiras mantinham contato com estes termos e reconheciam seu significado. No campo da palavra revolução o maior problema era a política de D. João VI, o que manteve e o que modificou da relação da metrópole com a colônia. Para os portugueses, o liberalismo não era incompatível com a manutenção do

¹¹ Francisco C. Falcón e Ilmar Rohloff de Matos (1986, p.311, 312) apontam as movimentações dos brasileiros em apoio à revolução do Porto: “Muito embora o Grão-Pará houvesse aderido à revolução desde 1º de janeiro de 1821, a primeira notícia recebida no Rio, em 17 de fevereiro foi relativa à adesão a tropa sediada em Salvador, onde fora instalada uma Junta de Governo favorável às concepções liberais. Entretanto, já em 17 de outubro do ano anterior tinham chegado ao Rio de Janeiro as primeiras notícias sobre a revolução em Portugal, cindindo os ministros e as camadas sociais em torno de posições conflitantes, de modo que, de dezembro a fevereiro, “travou-se, no seio do gabinete, uma luta franca entre Tomás Antônio e Palmela, para cujo lado se inclinava o Conde dos Arcos, lutando, porém, às escondidas, aliciando-se o príncipe real, a rainha e alguns chefes portugueses, com os quais também por fim se comunicou Palmela”. As notícias da Bahia precipitaram os acontecimentos, tentando Tomás Antônio a todo custo impedir o pleno reconhecimento das Cortes, inclusive pela convocação de outras Cortes no Rio de Janeiro, enquanto Palmela se batia pelo envio das bases constitucionais por ele elaboradas, logrando inclusive, momentaneamente, embora por razões bem diversas, o apoio dos elementos absolutistas”.

pacto colonial, mas para os colonos brasileiros liberalismo era sinônimo de liberdade de comércio.

Os autores concluem que diante deste contexto colonial, as ideias trazidas para a colônia, denominadas como liberalismo e nacionalismo, influenciaram vagamente os acontecimentos no Brasil na década de 1820, pois não eram dotadas de sentido no contexto brasileiro como o eram em seu contexto de criação – uma Europa em pleno desenvolvimento capitalista.

É importante destacar que autores como Caio Prado Júnior (2011) entendem que o processo de separação do Brasil em 1822 não se caracteriza de grande importância no processo de transformação da colônia em metrópole. Para o autor, tal processo seria alheio à vontade tanto da colônia quanto da metrópole.

No entanto, a própria imprensa que nasce na conjuntura da discussão sobre a indefinição dos rumos políticos do Brasil, possibilita-nos ver esse período marcado por uma agitação política inédita. Neste sentido, o processo de independência política do Brasil, será visto no seu transcorrer, na sua indeterminação. Esta postura metodológica advém da pesquisa acerca da imprensa do período, mais especificamente os jornais *A Malagueta*, *O Correio do Rio de Janeiro* e *O Espelho* – fonte e objeto desta pesquisa a um só tempo.

A volta de D. João VI para Portugal acelerou o processo revolucionário na colônia, especialmente nos campos político e ideológico. A *Malagueta* assim trazia em sua publicação de treze de abril de 1822 a opinião de May sobre a volta de D. João para Portugal

A disposição que Nosso soberano Congresso tomou de admitir no seu *Gremio Nacional* todas as Provincias que se fossem incorporando ao Systema Constitucional, produziu effeitos, que levou em espirito todo o Brasil para Portugal, e isto ainda antes que S.M. se tivesse decidido de direito e de facto em abraçar Portugal, por maior pressa que tivesse, e teve, em assim fazer. Portugal por principios talvez *Geraes* suscitou esta incorporação, e ella produziu logo seus immensos effeitos: mas oh miseros mortaes! o que he bom para o baço he máu para o fígado; e a facilidade com que todos, tanto Rey como Povos voárão daqui ao encontro da Constituição em Portugal, demonstrou que nunca a antecipação, ou precavencia política, se pode banir dos Gabinetes de huma Nação, sem que disto resultem males incalculaveis. Desmanxou-se o nexo político que havião treze anos ligavão as Provincias do Brasil, e do Ultramar, ao Rio de Janeiro: as Provincias parecerão gostar deste desmanxo que era para ellas novidade: ou para melhor dizer romaria, mas os que tinhão olho vivo esperavão pela pancada: e em Lisboa se julgou que a facilidade com que esta metamorfoze se fazia, era huma prova ou debilidade, ou dos

sinceros desejos que aqui havião de ver as Cauzas de Dous Contos de reis para cima julgadas em Portugal. Mas para fazer estas mudanças, era preciso cobrar coherentemente, ou para melhor dizer Constitucionalmente; e isto como havia de ser? Dar aos povos do Brasil hum quinhão de Constituição-Política e Liberal proporcionado á sua grandeza, riqueza, e consideração, graduando este quinhão com igualdade de razões com Portugal, e sua grandeza, riqueza, e consideração, não era huma tarefa para qualquer, e muito menos para muitos (A Malagueta, nº16, 1822).

No número 16 do periódico, May faz uma longa argumentação sobre a Constituição brasileira, analisando a capacidade do Brasil em ser um país livre. Apropria-se das ideias de Montesquieu para tratar da conjuntura política do Brasil, a de que a liberdade não está ao alcance de todos os povos. E menciona, também, aqueles que julgam o Brasil ainda estar verde para uma Constituição.

No trecho acima citado observamos a análise do redator e a sua consciência das consequências da ruptura causada com a volta de Dom João VI para Portugal após treze anos de permanência do rei e sua Corte no Rio de Janeiro, deixando aqui apenas seu filho, um Príncipe Regente adolescente, como o próprio redator o descreve. Apesar de May tratar o rei de maneira respeitosa, percebemos que ele critica aqueles contrários à Constituição, à liberdade brasileira. Vê as transformações ocorridas no país após o retorno do rei como males incalculáveis.

As relações entre o Rio de Janeiro e Lisboa se agravavam, e as Cortes tentaram solidificar seus laços com as províncias. Levantaram-se no Brasil duas frentes, uma centralizadora e outra fragmentadora da unidade nacional, vencendo esta última.

Observamos um processo de “dissidência doméstica”. Termo empregado por Dias (1986) ao apontar um conflito entre os portugueses do reino e os portugueses da nova Corte. As tensões do processo de reconstrução de Portugal após a invasão tenderia a acentuar ainda mais as tensões entre os portugueses do reino e os portugueses no Brasil. Esses últimos se dedicavam à consolidação de um império no Brasil, e não aceitavam as reformas moderadas de liberalização e reconstrução no Reino.

Os portugueses da nova Corte também enfrentavam o medo em relação à insegurança que sentiam na colônia, principalmente devido à minoria branca em relação à grande maioria de negros e mestiços, somados ao desnível social ocasionado pelo grande número de pobres e desempregados.

O Rio de Janeiro torna-se um polo de irradiação na defesa da unidade política e territorial. Antes do Fico – 9 de janeiro de 1822 – podemos observar um conflito político entre o Rio de Janeiro e Lisboa. E após essa data, este conflito passa a ser entre o Rio de Janeiro e as outras províncias, onde a presença portuguesa favorável às Cortes mostrava-se contra a criação do novo Estado (FALCÓN & MATOS, 1986).

Em Lisboa, eram promulgadas as bases da futura Constituição portuguesa, onde uma de suas disposições dizia que enquanto estivessem ausentes os deputados brasileiros, a Constituição apenas valeria para o Brasil se seus representantes assim se manifestassem favoráveis. O que ocorreu, no entanto, foi que as Cortes começaram a interferir em assuntos brasileiros mesmo estando presentes apenas representantes de Portugal.

Foi criado um decreto onde tanto o governador de armas quanto a junta estariam subordinados às Cortes de Lisboa, inclusive D. Pedro que passaria, assim, a ser apenas o governador do Rio de Janeiro, tendo menos poder em suas mãos do que qualquer outro vice-rei que assumiu o governo do Brasil antes de 1808.

Aos poucos os brasileiros perceberam que os aspectos liberais da Constituição portuguesa valiam-se apenas para Portugal, para o Brasil ficava o plano de recolonização (LUSTOSA).

Segundo a problemática da recolonização do Brasil, há uma discussão acerca deste tema, onde assim se manifesta Neves :

Na realidade, ao contrário do que a historiografia costuma sustentar, as Cortes não foram instaladas com o objetivo específico de recolonizar o Brasil, mas sim de preservar e regenerar Portugal, abandonado pela coroa em 1807. Inicialmente, temendo as represálias que d. João VI poderia adotar com a ajuda da Santa Aliança, elas preferiram, inclusive, ignorar a antiga colônia (NEVES, 1999, p.10).

Márcia Regina Berbel (2005) também reflete acerca do termo recolonização posicionando-se de maneira semelhante à Neves. Berbel pontua que as expressões “recolonização”, “recolonizar” ou “reduzir o Brasil a colônia” foram encontradas em textos oficiais referentes às medidas adotadas pelas Cortes em Lisboa. Segundo a autora “A utilização das expressões referentes à recolonização tinham, naquele momento, o objetivo de afirmar o governo de D. Pedro e só foram

utilizadas quando sua oposição ao de Lisboa tornou-se irremediável" (BERBEL, 2005, p. 793).

A autora cita ainda um trecho do Diário das Cortes Constituintes, da sessão de 4 de junho de 1821¹², que traz um projeto que anunciava o fim do sistema colonial. Atribuindo, assim, às colônias um nível de autonomia do qual não haviam experimentado até o momento, prevendo a eleição local de governo segundo os mesmos critérios adotados nas eleições dos deputados para as Cortes.

O termo recolonização seria, portanto, uma expressão utilizada para demonstrar o descontentamento dos deputados brasileiros em relação às decisões tomadas pelas Cortes, porém não refletiam as reais consequências ou mesmo objetivos destas decisões.

A Carta de lei de 1º de outubro de 1821, ordenava que D. Pedro retornasse a Portugal, onde passara a viajar pelas cortes europeias ali designadas, além de discutir a extinção dos tribunais e outros órgãos criados no Brasil desde 1808, o que causaria o desemprego de um grande número de funcionários no Rio de Janeiro. Acerca deste fato Falcón e Matos referem-se à demissão de quase dois mil funcionários:

Pela Carta de lei de 1º de outubro foi ordenado o pronto regresso do Príncipe a Portugal, de onde passaria a viajar incógnito pelas cortes europeias ali designadas. Discutiu-se também o projeto para a extinção dos tribunais e outros órgãos criados no Brasil desde 1808, do que resultaria o desemprego de quase dois mil funcionários no Rio de Janeiro (FALCÓN & MATOS, 1986, p.321).

As decisões tomadas pelas Cortes foram recebidas no Brasil em 11 de dezembro de 1821 e desencadearam uma série de revoltas, incluindo um abaixo-assinado que chegou a conter mais de oito mil assinaturas, datado de 29 de dezembro. Inicia-se a união das forças divergentes no interior do Brasil lutando por um ideal comum, surgindo rumores de que seria promovida a independência caso o príncipe decidisse obedecer à decisão das Cortes.

O nº1 do *Espelho* em edição extraordinária do dia 16 de fevereiro de 1822 contém um trecho ilustrativo destes anseios e opiniões, afirmando que

¹² Tendo as Bases da Constituição Portuguesa estabelecido igual liberdade em todas as partes da Monarquia, feito cessar inteiramente o sistema colonial, e constituído todos os domínios ultramarinos em Províncias do mesmo reino, fica sendo por consequência incompatível com as sobreditas Bases o Governo absoluto em qualquer das mesmas Províncias. Não podem portanto existir mais as capitâneas Gerais, e deve acabar por uma vez o título e atribuições dos antigos Governadores e Capitães-Generais, que, como todos sabem, tinham os poderes mais absolutos e ilimitados, de que infelizmente não poucas vezes abusaram (BERBEL, 2005, p. 795).

Sobre os fundamentos expendidos, ainda se manifestão outros igualmente dignos de atenção, Se a Nação Portuguesa he livre e independente, e se forma de todos os Portugueses de ambos os hemisférios, como então podemos nós ser patrimonio de Portugal, sem ofensa aos artigos 16 e 20 das Bases da Constituição? Como, e com que authoridade se tem decidido dos nosso direitos, e destinos, sem assistência dos nossos Representantes? Não está o Brasil emancipado, e não he hum reino, a quem competem suas legaes Atribuições? Como reduzi-lo despoticamente a huma deprezível Colonia, privando-a da Augusta Presença de V.A.R., extintos seus Tribunaes para crescer a desgraça na razão da distancia? Não será de maior necessidade que formemos huma só família, com vínculos indissolúveis, e que sejam iguaes, e também indissolúveis os nossos direitos?

E mais adiante acrescenta

(...) estamos já prontos a defender os nossos direitos, e a derramar a ultima gota de sangue pela nossa liberdade: se Potugal he Patria de Heroes, também o Brasil o deve ser, e tem sido, segundo mostra a Historia Brasiliense. A nossa causa he santa e justa: o Ceo a protegerá. Nós unidos aos nossos briosos Paulistas, nossos conjunctos em sangue, amizade, costumes, e bravura, nada temos a temer, cooperando de accordo com as mais Provincias unidas, igualmente distintas em valor e sentimentos (*Espelho extraordinário*, nº1, 1822).

O texto é assinado por José Teixeira da Fonseca Vasconcellos, então vice-presidente do governo de Minas Gerais. Percebemos a argumentação em favor da liberdade do Brasil, apontando a união das duas nações, questionando se Portugal é livre e o mesmo é formado por ambas as nações, porque se esforça para reduzir o Brasil à colônia.

Questiona também o fato das Cortes portuguesas decidirem acerca do futuro brasileiro sem que haja a presença de seus representantes, argumentando que o Brasil já está emancipado, sendo um reino e como tal lhe competindo suas respectivas atribuições.

Adiante aponta o espírito de luta e defesa de seus direitos em que se encontrava o Brasil, colocando sua luta como “santa e justa” – segundo as palavras do próprio Vasconcellos – luta que se desenvolveria com a união aos paulistas e as demais províncias. Em outro momento de sua argumentação, Vasconcellos ressalta ainda a importância do Brasil na economia, apontando os altos ganhos que a Província de Minas Gerais provinha com a mineração, além de

indicar a sua indignação com a maneira pela qual os deputados portugueses tratavam o Brasil, ou seja, reduzindo sua importância. Vejamos:

Acaso ignora-se que em o Soberano Congresso se tenham avaliado tão pouco os conhecimentos dos Brasileiros até ao ponto de dizer hum dos seus Deputados, que duvidava houvesse entre os mais instruídos quem soubesse o que era Constituição, e afirmar outro em suas Parabolas que o Brasil he Reino Unido ao de Portugal somente na apparencia, não sendo mais que huma misérrima Colonia, donde lhe tem vindo sempre mal, e nunca bem? Que paradoxo! Só a província de Minas Geraes desde o anno de 1700 até 1819 tem, pelo Calculo das quatro Cazas de fundição, produzindo 553 milhões e meio de ouro, que nellas se fundio, não entrando em linhas de conta o valor dos diamantes, pedras preciosas, e o rendimento de outras muitas Colectas (idem).

No Brasil observamos que havia divergências de opiniões em relação à Constituição Portuguesa. Quando promulgada houve províncias que tão logo a adotaram. Essa postura pode ser verificada também em o *Correio do Rio de Janeiro* – de João Soares Lisboa – em edição do dia 02 de maio de 1822, na qual encontramos carta de um leitor defendendo a importância de manter o juramento a Constituição portuguesa. Na opinião do leitor

As Cortes no Brasil são hum alvo a que todo o Brasileiro leal deve hir ensaiando sua pontaria. Esta deliberada e sizuda determinação tomada com passo grave, com marcha lenta e ponderosa, he digna dos briozos sentimentos de hum Povo, que se conhece a si, aos seus recursos na ordem das Gentes, a sua posição geográfica e commercial, e até mesmo o melhor futuro bem de Portugal, nosso Pai por origem, nosso Coirmão em Direitos Politicos, com primazia a outro qualquer Povo. Se havermos de fazer bem ao Inglez, façamollo ao Portuguez. A natureza apoia este sentimento, e não o deixa sem recompensa na balança das transacções (...) Eu por ora considero o Brasil como a máxima fracção da Nação Portugueza. Se, como eu estou persuadido, marchamos nesse terreno, devemos dar todos os passos para a boa liga, cimentar a união a todo o custo, até mesmo com algum sacrificio; bem recordado de que, se para bem da Sociedade cedem os indivíduos parte da sua liberdade, fazenda, e ser; muito mais se deve isto verificar sobre os indivíduos Moraes, e componentes desse todo (*Correio do Rio de Janeiro*, nº20, 1822).

O leitor apresenta uma defesa a união entre Brasil e Portugal. Nessa direção, defende também a fidelidade ao juramento da Constituição portuguesa, afirmando inclusive que, se para o bem da sociedade seja preciso abrir mão de parte de sua liberdade, assim se deve proceder.

As opiniões não eram coesas naquele conflito. O trecho acima demonstra que, há a presença dos defensores da Constituição portuguesa, apesar das consequências negativas que estavam se refletindo sobre o Brasil.

A imprensa e as sociedades secretas podem ser vistas como os principais instrumentos utilizados na tentativa de impedir o processo de recolonização do Brasil (Falcón e Matos, 1986). A maçonaria foi reaberta em 1821 no Rio de Janeiro, e por meio da imprensa podiam ser veiculadas as ideias e discussões que ficavam restritas às reuniões secretas. Observam-se, diversas publicações criticando a decisão das Cortes, além da circulação de diversos folhetos anônimos opinando acerca do tema. A população precisava ser mobilizada para aquela fase da luta.

Podemos notar que, entre os redatores dos jornais daquele período, havia a consciência de seu papel na sociedade. Isto fica claro em algumas publicações, como em um trecho de um dos artigos do jornal *Correio do Rio de Janeiro*, denominado “O Redactor ao Publico”, que relata

O acolhimento que tiverão do judiciozo Publico desta Capital os nossos primeiros números, nos obrigou sobremaneira; não temos a vaidade louca, e orgulhosa, de nos persuadirmos de que somos capazes de ilustrar e dirigir a opinião publica, e não cessaremos de repetir esta nossa ingênua confissão, porem trata-se de servir a Nação, e *temos conseguido nossos fins se alcançarmos com nossos escriptos adiantar até consolidar-se a grande obra da Liberdade Nacional*: por tão poderozos motivos, e para facilitar o giro de nossa folha abaixamos o preço das assignaturas do modo seguinte. 4\$000 réis por três mezes. 7\$200 réis por seis mezes. 10\$600 réis até o fim do corrente anno (Correio do Rio de Janeiro, nº5, 1822, grifos nossos).

Além de considerar que a imprensa tem o papel de promover “a grande obra da liberdade nacional” – que serviu de título a este capítulo – o presente trecho nos permite dizer que os redatores dos jornais tinham consciência da grande circulação do jornal e conseqüentemente, da ampla difusão de suas ideias na sociedade do Rio de Janeiro num momento de indefinição quanto aos rumos do Brasil. Assinalando, inclusive, como principal argumento para a redução do preço da assinatura do jornal a justificativa de que este ato facilitaria “o giro” do jornal, aumentando ainda mais circulação. Com isso, na visão do jornal cumpriria a missão de educar e ilustrar a população para os novos tempos políticos. Nesta direção, nota-se nas palavras do redator a finalidade declarada de servir a nação, e que o

objetivo do jornal seria adiantar o processo de liberdade. Determinando, assim, sua posição diante do conflito.

É importante ressaltar que, a princípio, se defendia a ideia de autonomia, mas não de separação de Portugal. O Fico promove um rompimento do príncipe com as Cortes, e não com Dom João VI. A independência, àquela altura dos acontecimentos já cogitada, permanecia sendo a última solução, onde assim se manifesta Neves:

Dessa forma, ainda que apontado pela historiografia como ponto de partida para a “revolução da independência do Brasil”, e não obstante as conotações separatistas, a célebre proclamação de d. Pedro em 9 de janeiro de 1822, o Dia do Fico, se implicava em desobediência às Cortes e a seu pai, conservava uma ambiguidade fundamental. Para uma parte das elites, pelo menos, não deixava de significar uma tentativa de preservar o ideal de um único império luso-brasileiro e, para o príncipe regente, a oportunidade de assumir um papel que o congresso lisboeta negava a d. João. Nem para os primeiros, nem para d. Pedro, porém, representava um comprometimento definitivo com a independência do Brasil (NEVES, 1999, p. 11).

Intensificava-se o debate em torno da necessidade da união dos representantes das províncias do Brasil em uma espécie de assembleia constituinte. No periódico *A Malagueta* – de Augusto May – em sua publicação do dia treze de abril de 1822, podemos observar a defesa da Constituição.

A nossa Constituição, meus Leitores, he a nossa tarefa, e por mais que todos pareçam convencidos desta verdade, com tudo há nesta situação, bem como na precitada figura, Paralyticos que não sabem, e egoístas que não querem, e de cuja falta de força moral, e fysica poderá mui bem resultar, não só ficarem grandemente frustrados os nosso avultados trabalhos, e penozos sacrificios, mas até haver um estado de recriminação e sacudimento recíproco da *Causa peccati*, que nos reduzirão a hum estado peor mil vezes do que aquelle em que estavamos (...) (*A Malagueta*, nº 16, 1822).

O redator destaca a luta daqueles favoráveis à Constituição e ataca os seus opositores, ressaltando o perigo que o Brasil sofria de permanecer em um estado ainda pior àquele que estava. O tema da união entre Brasil e Portugal tinha destaque, porém de ambos os lados, tanto os brasileiros quanto os portugueses, assinalavam a necessidade de manter esta união.

Embora aumentasse a pressão dos liberais pela convocação de uma constituinte, o ministro José Bonifácio de Andrada procurava adiar as decisões,

segundo os interesses de seu grupo. Dom Pedro, porém, demonstrava-se cada vez mais democrático¹³, no sentido de ele próprio defender a constituição.

O *Correio do Rio de Janeiro* em seu nº8 – de 18 de abril de 1822 – traz uma correspondência na qual o leitor refere-se a Dom Pedro chamando-o por “nosso Augusto Regente, o mais Amado, e o mais liberal de todos os Príncipes”. Demonstrando, assim, o carisma que o príncipe mantinha diante da população, além do reconhecimento deste seu cunho democrático.

À convocação da Constituinte, grande vitória dos democratas, grupo daqueles que buscavam a aprovação de uma constituinte para o Brasil, liderados por Gonçalves Ledo, segue-se um acirramento da oposição entre os democratas e os aristocratas, pertencendo Bonifácio ao grupo aristocrata. Naquele momento, a luta armada já irrompera na Bahia. Acerca dos grupos dos democratas e aristocratas encontramos importantes informações no trabalho de Lustosa, que ao versar sobre ambos explica que

O projeto de José Bonifácio para o Brasil contemplava aspectos econômicos e sociais que passavam ao largo do discurso dos liberais. A seu ver era preciso primeiro criar o país, formar uma sociedade, integrar a imensa massa de escravos, índios e mestiços marginalizada. Politicamente, José Bonifácio jamais se confundiu com os liberais [...] Para Ledo e seus amigos, os direitos políticos deviam anteceder qualquer reforma econômica ou social. Os chamados liberais daquela fase de nossa história lutavam sobretudo por um pacto social de caráter democrático (LUSTOSA, 2000, p.20-21).

Proclamada a Independência, Falcón e Matos, afirmam que

Em primeiro lugar, convém não esquecer, a proclamação do 7 de setembro deveria ainda ser levada à prática em várias províncias onde o “partido português” conservava forças consideráveis. É a “face cruenta” da independência, a guerra para libertar a Bahia, o Piauí, o Maranhão, o Grão-Pará, e a Cisplatina do jugo metropolitano, mantido em nome da obediência às Cortes e, por conseguinte, da face portuguesa da Revolução liberal (FALCÓN & MATOS 1986, p. 330).

¹³ Falcón e Matos (1986, p.327) fazem esta afirmação no seguinte trecho: “E D. Pedro parecia cada vez mais ligar-se à fórmula constitucional, conforme depreende-se de sua correspondência com o pai (“Sem Cortes o Brasil não pode ser feliz”), com José Bonifácio (de S. João del-Rei escrevia dizendo ser um legislativo brasileiro “o único açude que possa conter uma torrente tão forte”) e na proclamação dirigida aos mineiros (“Sois constitucionais. Uni-vos comigo e marchareis constitucionalmente”).

Para Maria Odila da Silva Dias (1986, p.160-161) a separação política da metrópole – que ocorre em setembro de 1822 – não coincide com a consolidação da unidade nacional, que se daria mais tarde. Para a autora o processo de independência não foi marcado por um movimento propriamente revolucionário ou nacionalista. Podemos vincular também o processo pelo qual passava o Brasil naquele momento ao contexto maior de outras colônias buscando sua identidade própria.

A autora afirma ainda que

Consumada a separação política que aceitaram mas que de início não quiseram, não pareciam brilhantes para os homens da geração da independência as perspectivas da colônia para transformar-se em nação e sobretudo em uma nação moderna com base no princípio liberal do regime constitucionalista. Os políticos da época eram bem conscientes da insegurança das tensões internas, sociais, raciais, da fragmentação dos regionalismos, da falta de unidade que não dera margem ao aparecimento de uma consciência nacional que desse força a um movimento revolucionário capaz de reconstruir a sociedade (DIAS, 1986, p.169).

O ato da Independência representa um fim e um começo. Até aquele momento as forças divergentes concentraram seus esforços em torno do Príncipe Regente, lutando pelo seu rompimento com as Cortes. Para os aristocratas a Independência representava o fim desta luta, cabendo agora manter as posições conquistadas enquanto a Corte aqui permaneceu. Para os democratas, este ato caracteriza o início de mudanças amplas e mais profundas.

Concretizado o rompimento com as Cortes, preocupava agora a proclamação de uma Constituição, e o juramento de Dom Pedro em obediência à mesma. Os defensores da ordem vigente viam como inaceitável a submissão do Imperador à Assembleia, pois para este grupo a autoridade do Imperador deve ser superior, sendo este o posicionamento de José Bonifácio.

Em 12 de outubro Dom Pedro foi aclamado “Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil”, mas não foi jurada uma Constituição. Os Andrada iniciaram uma violenta perseguição aos elementos considerados

radicais, jornais são impedidos de circular e em São Paulo é aberta uma nova devassa¹⁴.

O fato de o Imperador não concordar com tais atitudes culmina no pedido de demissão dos irmãos Andrada do ministério; mas, após uma campanha dos membros do Apostolado na tentativa de popularizar a figura dos ex-ministros, eles retornam ao poder, continuando sua perseguição aos membros do grupo democrata que culminaria na deportação, prisões e refúgio de inúmeros adversários dos irmãos. Foi então aberta uma devassa, na qual

Acusava de crime de “inconfidência ou conjuração, ou demagogia” a Ledo, Januário, José Clemente, Nóbrega, o padre Lessa e a João Soares Lisboa, entre outros, este último como responsável pelo jornal da conspiração. E, no dia 4 de novembro, o intendente de polícia publicava editais “convocando todos os cidadãos honrados e zelosos da tranquilidade pública a virem à sua casa delatar quanto soubessem”. (LUSTOSA, 2000, p.258).

Esta devassa foi aberta a 2 de novembro e ficou conhecida como Bonifácia.

Os jornais daquele período refletiram e influenciaram a luta pela independência. Em suas páginas podemos acompanhar os rumos políticos que o país tomava, observando as opiniões tanto dos leitores quanto dos redatores, que se envolviam diretamente na luta. Durante todo o processo de independência, tornou-se difícil dissociar a imprensa da cena política, o tema permeava as páginas dos jornais e panfletos publicados pelo território brasileiro.

¹⁴ Um processo de devassa se caracteriza por um processo iniciado para averiguar um crime. Durante esta devassa conhecida como Bonifácia, nem mesmo todo o poder que o ministro Andrada já possuía em suas mãos o impediu de promover pequenas vinganças contra seus adversários (Lustosa, 200, p. 263).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluído o trabalho, podemos observar a importância e influência dos periódicos durante o processo da independência do Brasil. Apesar de naquele período a população ser essencialmente analfabeta, as leituras em voz alta favoreciam para que a população pudesse ter acesso aos debates presentes nas páginas dos periódicos, que também eram discutidos nos círculos sociais no cotidiano daquela sociedade carioca.

Diferentemente de como se apresenta a imprensa atualmente, os periódicos do período entre 1821 e 1822 tinham uma apresentação bastante simples, sem ilustrações e continham na maioria das vezes até quatro páginas. Os periódicos aqui analisados – *Correio do Rio de Janeiro*, *A Malagueta* e *Espelho* – possuem essas características, no máximo quatro páginas, podiam conter um espaço para cartas dos leitores ou não, como *A Malagueta* que possui apenas as considerações do redator escritas em um artigo único.

A linguagem é bastante informal, os redatores possuem mais liberdade para escrever seus artigos, por vezes utilizando linguagem vulgar para ofender seus opositores, como no caso de *A Malagueta* aqui analisado, que continha em suas páginas conteúdo denso de informações e seu redator o utilizava para defender veementemente suas opiniões e atacar seus opositores, o que lhe rendeu inclusive dois casos de agressão física.

Os redatores dos jornais se viram intensamente envolvidos no cenário político do período. Valendo-se da liberdade de imprensa, expunham em seus jornais seus ideais e os fatos que julgavam importantes de serem destacados. Os jornais também se tornaram importantes meios de difusão das ideias liberais, onde se viam às vezes, como no caso do *Correio do Rio de Janeiro* aqui analisado, a tradução de um pensador, ou mesmo por meio de citações em suas páginas, como o extrato de Rousseau apresentado na primeira página das edições da *Malagueta*.

Percebemos que, nestes periódicos, há uma grande inclinação à defesa da Constituição brasileira, mas observamos raros casos em que se fala de independência, e mesmo separação de Portugal, pois em muitos momentos observamos a defesa da união entre os países. Da mesma forma, os redatores e mesmo os leitores em suas cartas se dirigiam ao rei D. João de maneira respeitosa, não atribuindo-lhe culpa sobre seu retorno a Portugal.

O próprio príncipe regente utilizava-se da imprensa para publicar

seus artigos, sempre de forma anônima, onde defendia seu ponto de vista e atacava seus opositores.

O processo de independência foi um longo processo, assim como o faz Maria Odila da Silva Dias (1986) podemos analisar seu início com a chegada da família Real e sua Corte para o Brasil, em 1808. A partir deste momento as relações entre colônia e metrópole passaram processo de mudanças.

Apesar da independência não estar inicialmente nos planos brasileiros, o rumo que os acontecimentos tomaram levaram a este fim. Não podemos deixar de lado a conjuntura política portuguesa deste período, que exerceu grande influência no contexto brasileiro.

Portugal também passava por um conturbado momento. Após a guerra os portugueses se viram distantes de seu monarca, sendo regidos por um general inglês e recebendo ordens vindas diretamente da colônia. O sentimento causado pela somatória destes fatores levou à revolução do Porto, o que definiria os rumos políticos tanto portugueses quanto brasileiros.

Além da análise realizada neste trabalho, estudando como os periódicos influenciaram neste processo e o discurso por eles proferidos, podemos utilizar os periódicos em pesquisas futuras como o próprio objeto de estudo, trabalhando com seus discursos, sua publicação e todas as questões que o envolvem.

FONTES

A MALAGUETA, Rio de Janeiro, 1821-1822.

CORREIO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, 1821-1823.

O ESPELHO, Rio de Janeiro, 1821-1822.

REFERÊNCIAS

BERBEL, Márcia Regina. A retórica da recolonização. In: JANCSÓ, István (org).

Independência: história e historiografia. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005.

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. Hemeroteca. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>> Acesso em: 15 fev. 2016.

BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE. Civique de Gastine (1793? – 1822).

Disponível em: <http://data.bnf.fr/15030337/civique_de_gastine/> Acesso em: 15 fev. 2016.

CAPELATO, Maria Helena R. **Imprensa e História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto; Edusp, 2ª edição 1994.

CARVALHO, José Murilo de. Entrevista com o historiador José Murilo de Carvalho.

Revista Tema Livre. Niterói, n.8, 23 abr. 2004. Disponível em: <www.revistatemalivre.com.br> Acesso em: 12 fev. 2016.

DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. ed. 2ª impressão. São Paulo: Contexto, 2000.

DIAS, Maria Odila da Silva. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTA, C. G. (org.) **1822: Dimensões**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1986. Pp.160-184.

EL FAR, Alessandra. **Páginas de sensação: Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

FALCON, Francisco C., MATTOS, Ilmar Rohloff de. O Processo de Independência no Rio de Janeiro. In: MOTA, C. G. (org.) **1822: Dimensões**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1986. Pp. 292- 339.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência, 1821 – 1823**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **Imprensa, censura e propaganda no contexto da independência do Brasil**. *Revista Estudo*, Caracas, vol. 18, jul-dez. 2010. Disponível em: <<http://www.revistaestudios.com.ve/estudios-36/>> Acesso em: 17 set. 2014.

MALERBA, Jurandir. O tráfico das Maneiras. In: **A corte no exílio**: civilização e poder no Brasil às vésperas da independência (1808-1821). São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Pp.125-193.

MOREL, Marco e BARROS, Mariana Monteiro de. O raiar da imprensa no horizonte do Brasil. In: **Palavra, imagem e poder**: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NEVES, Lucia Maria Bastos P. **A “guerra de penas”**: os impressos políticos e a independência do Brasil. *Revista Tempo*, Niterói, vol. 4, n.8, dez. 1999. Disponível em: < http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg8-3.pdf > Acesso em: 4 jan. 2016.

NEVES, Lucia Maria Bastos P . Corcundas, constitucionais e pés-de-chumbo –a a cultura política da Independência –a 1820-1822, 1992. In: LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos**: a guerra dos jornalistas na Independência, 1821 – 1823. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. P. 177.

PRADO JUNIOR, Caio. Sentido da colonização. In: **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SINÉDRIO. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 5. Ed. Curitiba: Positivo, 2000. p. 1938.

SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. **Pátria coroada**: o Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

ANEXOS
ANEXO A
A Malagueta

N.º 1.

DEZEMBRO DE 1821.

XXXXXXXXXXXX

A MALAGUETA.

(a)
Quando este
se não humda
m Andra das
in citasa

Quando se diz á cerca dos Negocios do Estado
que me importa? deve-se contar que o Estado
está perdido.

J. J. ROUSSEAU.

Nem os Compadres de Lisboa, Rio, ou Belém, nem todos os Sacristães da Monarquia Portuguesa, seriam bastante para me fazerem retratar a protestaço que eu tinha feito de não me arriscar a escrever, em quanto não visse a certeza de ser lido com imparcialidade, ou julgado com indulgencia: mas o que não fizeram nem Sacristães, nem Compadres, nem todos os acontecimentos nesta Cidade, desde Outubro do anno passado até agora, vai hoje effectuar a circulaço das noticias que acabão de chegar de Portugal.

Eu desejaria poder agora convidar tanto o Filho do Compadre do Rio de Janeiro, como o Amigo Sacristão, para me ajudarem com o seu desempenho a safar-me bem da tarefa em que me vou metter; mas como em Allianças he mais o tempo que se perde do que aquelle que se ganha, e como eu desejo anticipar quanto possa, as disposições, que necessariamente deverão preceder a factura da Governança futura do Rio de Janeiro, por isso me abandono-rei a mim mesmo, e aos meus pequenos recursos.

Por Disposições das Cortes Geraes, e Extraordinarias da Nação Portuguesa está finalmente decidido, diz a Fama Publica, que as Pessoas Reaes aqui existentes tem de se retirar para Portugal, substituindo-se a Regencia de Sua Alteza Real pela Governança Politica creada pelo modelo da de Pernambuco, ficando extinctos Tribunaes, e mais Simulacros de Authoridade Regio Politica, que haviaõ sido creados por Sua Magestade, ou para melhor dizer pela natureza da Emigração de 1807, e do Quadro que o Mundo Politico offercia então aos olhos de todo o homem de tacto fino, e despedido de prejuizos.

Admittida a existencia das referidas Disposições do Soberano Congresso, poder-se-ha deduzir: que fica evidente a direcção da Força Moral da Constituição a respeito do Brasil; que todas as vistas politicas de D. Luiz da Cunha, e do Marquez de Pombal erão sonhos, e ociosidades; que as theses do Pacto Social, e o desejo de melhorar as Constituições, e Governos de Paizes pedem dispensar a sagacidade politica, e a profunda combinaço na reunião dos interesses de diferentes Povos em hum

grande, e commum interesse: mas eu vou já deixar circumlocações, e figuras, para fallar com clareza, e precisão, pois necessito muito que todos me entendão.

Quando Sua Magestade El Rei sahio deste Reino, era tal o estado de alvoroço, perplexidade, e confusão, que resultavão da maneira com que esta mudança se effectuava, que todos os homens sisudos reconhecião que já desde 7 de Março nada se fazia debaixo de hum systema fixo, e concertado de Gabinete: os manejos que tiverão lugar nos principios, e meado de Abril, para o estabelecimento do Governo que devia substituir o de Sua Magestade, mostrão evidentemente que nada havia de premeditado; que se lançava mão do pensamento do dia; e que o excesso de boafé em hums, e o extremo de odiosa intriga em outros, tinhão substituido as vezes da firmeza, e do tino. No fim de tudo sobreveio o malfadado dia 22 de Abril, que acabando de encher tudo de terror, e desconfiança, acabava tambem de tirar a todos a possibilidade de raciocinar; bem como as atrocidades de Paris de 1792, e 1793, que aturdindo os pobres Parisienses, erão so entendidas pelo Robespierre que as dirigia.

Era impossivel que na resolução em que Sua Magestade estava de deixar o Paiz, e na consternação Geral que resultava do golpe do dia 22, se podesse tomar alguma deliberação que não fosse insufficiente para a nossa posição melindrosa: Sua Magestade nomeou Regente o Senhor Principe Real, e creou quatro Ministros para as repartições, bem na forma do antigo quadro, sem mais accessorio algum. Não havia hum só homem de bem que não lastimasse com profunda dor, e magoa a situação de Sua Alteza Real, que contando apenas vinte e dous annos, se via rodeado de cousas que não permitião esperar-se a resurreiço de força moral, nem a possibilidade de sustar por hum momento a opinião publica, para depois lhe dar fina direcção: entregue por hum lado ás especulações ociosas do Conde dos Arcos, e receoso por outro de convulções dos Corpos de Portugal que levados, pela maior boa fé da manutenção da Constituição, á involuntaria, mas miserima, execução das barbaridades do dia 22, não tinham agora outro expediente a tomar, senão

13
4

constituirem-se executores pontuaes da Constituição; e isto a todo o custo, para o que lhes dava lugar, e campo pleno, a insufficiencia das medidas publicadas desde fins de Abril até 5 de Junho: por tanto via-se claramente não só a sorte que esperava as Capitánias á vista do que aqui se passava, mas até se decidava bem aonde nos poderia levar esta dissolução de nexo politico; que huns julgavam, com razão, perigosa, e produzível de anarquia, e outros como hum simples preparatorio gradual para os desenvolvimentos que agora se nos apresentam.

A installação de hum novo Governo aqui, e a retirada de Sua Alteza Real para Portugal em seguimento das decisões do Soberano Congresso, parecem indubitavelmente o remate da grande tarefa da mudança de forma de Governo no Brazil; tarefa quasi concluida em pratica, e que já o estava em theoria, apesar que ao momento desta Conclusão theorica, faltava ao Soberano Congresso a metade dos Deputados do Brasil, e a pesar talvez de senão ter encurado em Portugal o Prospecto politico que aquelle paiz deve necessariamente offerecer antes do fim do anno de 1822. As Provincias do Brasil governadas quasi municipalmente, sem mais nexo entre si do que aquelle que nenhum Politico lhes podera tirar; com hum Governador de Armas independente em tudo do Governo provincial, e só sim entendendo-se por depreciação, offerecem, ao meu ver, hum formato, de que hum zeloso Coreunda, hum aferrado republicano, ou hum audaz aventureiro com grandes fundos, poderão facilmente aproveitar-se, para zombar em breves audiencias de todo aquelle Constitucional que pretender supprir a necessidade da sua politica, com prejuizos de Patria, ou com theses inventadas do Pacto Social.

Se a posse de huma perfeita liberdade Constitucional, e da plena força moral que della resulta, não são sufficientes para realisar a felicidade daquelle dos dons Reinos que não for habitado pelo Chefe do Poder Executivo, então está visto que sempre ha de existir Pomo de Discórdia: se esta supposição não he verdadeira, e se he indifferente a residencia aqui, ou lá, do Chefe do Executivo, para que no nome do Bom Senso não se contenta Portugal com a actual posse de El Rei, reservando a decisão da futura residencia dos Senhores Reis para ser discutida em Pleno Senado, e com a reflexão que hum tão importante assumpto exige? de mais.

O Capitulo VIII. do Livro III. do Contracto Social, lido com attenção, e boa fé, deixa ver claramente, entre outras verdades a seguinte: que os Paizes que tem sobras são os mais proprios para a sustentação do luxo, e do ornato das Monarquias: e parece me incrível, que ao momento em que tantos Sabios devião estar com os olhos abertos sobre esta importante verdade, que não podia passar por alto aos Habitantes do Brasil, houvesse ella de escapar infelizmente á Sabedoria daquelles que senão dignarão de attendel-a: por que tendo Portugal de derivar a sua riqueza do Brazil, e de suas sobras, ficava a porta aberta ao desconfiado Brasileiro para formar as suas conjecturas sobre a facilidade com que se resolvia o Problema da Resi-

dencia dos Senhores Reis, o qual discutido cabalmente levava annos a solver.

A fixação de Sua Alteza Real no Brazil influe, dirão os Constitucionaes de Portugal, para dar preponderancia a esta parte da Monarquia: estabelecendo a favor della a dependencia que sempre ha das Provincias para com a Capital em que reside o Chefe do Poder Executivo, devendo por tanto esta residencia ser em Lisboa, por que Lisboa, dizem elles, he o Berço da Monarquia Portugueza: debaixo de tal raciocinio poderia a Cidade de Moskov annullar as pertençaes de Petersburgo; Toledo as de Madrid; Braga, e Coimbra as de Lisboa; e o Rio de Janeiro tambem teria que allegar quando os Senhores Príncipes Brasileiros tivessem idade para poder dizer que nascerão no Palacio de São Christovão.

Os Constitucionaes do Rio de Janeiro, e Provincias immediatas, a quem a Constituição tem custado mais caro, e que por isso talvez a amem mais, olhão com bastante pesar para a serie de acontecimentos desenvolvidos com rapidez tal, que nem o mais admiravel preço concerto os arranjava melhor: e por isso mesmo que hum Governo Monarcho-Representativo lhes offerece hum remedio aos seus muitos males, e sobre tudo aos golpes que se derão ao seu Banco, por isso desejão não abandonar o Direito de conservar os dons preciosos Ramos da Dynastia Reinante, que a Providencia, e abaixo della a Politica, fizerão nascer neste Paiz, e que não terião sido os primeiros Reaes Ramos oriundos deste Hemisferio, se a Paz da Guerra da Successão de Philippe Quinto, e a de 1763 não tivessem deferido para 1807 huma Kni-gração da qual muitos hoje affectão esquecer-se.

Os Constitucionaes das outras Provincias do Brazil dirão o mesmo com as alterações que lhes convierem.

Os Sectarios do Republicanismo dirão que pouco, ou nada importa ceder aos desejos dos Senhores Constitucionaes de Portugal (e com razão para os seus fins) pois que da tal cessão lhes resulta hum mais abreviado golpe de vista sobre a sua futura sorte, já porque ficão reconhecendo melhor qual foi, e he a Politica de Portugal a respeito do Brazil, já por que a ausencia dos Reaes Ramos aqui nascidos, solvendo o nexo moral do compatriotismo, abria a porta a systemas de Federação, mais ou menos imperfeitos, trazendo com sigo desordens, e anarquias, das quaes não seria de admirar que nascessem entre nós os Puyredons, Artigas, Bolivars, e São Martins.

Os Coreundas finalmente dirão o mesmo, "mutatis mutandis", na esperanza que o atrazo moral do Brazil, junto com a necessidade de manejar a Escravatura, e de ter força armada em pé, facilitaria em pouco tempo o regresso do Seculo de Marfim do Alemejo, que para elles foi tão propicio, e do qual só perderão as expectações a vista de huma Constituição que tenha desde já por accessora aqui, a educação desde o Berço, dos dons Príncipes Brasileiros.

Mas eu que não sou Constitucional por contracto, nem Coreunda por inclinação, nem

Republicano por que já não há Gregos, nem Romanos: eu que fui educado á sombra da Magna Charta, e do Bill dos Direitos do Homem; eu que me regosiei quando vi que os primeiros benemeritos da Patria, de 24 de Agosto, tratavão de levantar a Monarquia das ruínas que a hão enterrando; não posso encarar sem summo receio a quasi impossibilidade de concertar tantas, e tão divergentes considerações, humas politicas, outras constitucionaes, e a maior parte dellas naturaes.

Oh vós Illustres Varões que hoje constituís a primeira Assembleia da Nação Portuguesa nestes derradeiros Seculos! e vos mui especialmente oh Deputados do Rio de Janeiro! que melhor do que eu podereis para o futuro explicar ao Povo que vos elego, os motivos do vosso silencio, ou quasi silencio! perdoai vos peço, o excesso de zelo com que vos apresento as minhas ideas sobre a difficuldade de unir convenientemente os interesses de Homens, e cousas, que distão tanto entre si, quer moral, quer fisicamente; e tambem sobre a urgente precisão em que vos achais de pôr em actividade dous grandes dados, a saber, a Força Moral da Constituição, e a sagaz politica de dar com anticipação o que brevemente se não poderá negar; a saber, a residencia neste Hemisferio dos dous Poderes Legislativo, e Executivo: Dignai-vos tambem convir que o melhor, talvez unico, fiador interno da perfeita união dos dois Hemisferios, e o ramo de oliveira de todo o Brasil será a conservação neste Reino dos Principes Brasileiros.

Mas, pergunto eu: o que he que nos convem fazer aqui no momento em que se trata de huma nova forma de Governança, e da retirada daquella parte da Familia Real, que por huma necessaria politica aqui havia ficado? Que recursos licitos temos nos para nos desviarmos de males que nos ameaçam, sem comprometter nossa Fé jurada, sem praguejarmos a taciturnidade dos nossos cinco Constituidos, ou sem nos reduzirmos a hum manhoso, ou cobarde silencio? Temos, temos hum expediente, e bem poderoso que elle he! abriremos os Registos da Europa, e com elles nos apresentaremos perante nosso Soberano Senado em Cortes, e folharemos algumas das mais importantes paginas do seu destino: faremos ver nellas a fluctuação das cousas humanas, e a vicissitude de grandes crises politicas em nossos dias: observaremos que a Europa repartida em quatro, ou cinco grandes interesses, que se chocão periodicamente, produzindo convulsões, e irrupções, offerece de Seculo em Seculo, ou ainda mesmo de Geração em Geração, a invasão, ou aniquilação dos diferentes interesses, ou Estados pequenos, que derivão mais ou menos dos grandes: Veremos a Polonia, a Belgica, a Noruega, Genova, Napoles todas com primeiro, segundo, e algumas ate com terceiro Tomo de Partilha sem Testamento, e isto no curto espaço de quarenta annos: Veremos a gigantesca politica do Gabinete Tartaro-Europeo sem que nos possamos hisonjejar que os Povos do meio dia, por muitas vezes inundados de Tartaros, se-jão sufficientes para repellar as chusmas vindou-

ras de taes gentes: Veremos a França mal curada de chagas que se fecharão com a força e não com o tempo, e cuja nova irrupção tem só por obstaculo a vida de hum homem ás bordas da sepultura: Notaremos a Casa de Austria, e seu Gabinete com prospecto de futura influencia em França, mediante os manejos que lhe poderão offerecer para o futuro os direitos do Duque de Reichstadt: Notaremos a possibilidade de Guerras de Successão, novas para nos, mas velhas na Historia: Veremos, ou para melhor dizer, passaremos por alto tudo quanto a Hespanha nos offerece, por isso que nada queremos aprender della, e mui especialmente assim no Artigo = America =: Acharemos a primeira, e segunda Epoca em que, n'hum só Seculo, Portugal teve de projectar o seu assento no Brazil, e marcaremos em grande algarismo a terceira vez de tal projecto; vez em que elle se vio constringido a effectualo: Contemplaremos finalmente, e em resumo, a situação do Brasil, que como Paiz novo offerece todas as probabilidades de successo aos nossos Legisladores, se estes desapegando-se da luta de reconciliação de cousas velhas com cousas novas, se dignarem meditar profundamente na solução conheuda no Capitulo deimo do Livro segundo do Contracto Social acerca das qualidades que se requerem em hum Paiz para se legislar com vantagem: De tudo tiraremos por conclusão; que hum Paiz brando, doce, favorecido por extremo da natureza, ao abrigo da ambição, ou ciúme de vizinhos, occupando huma extensa, e proveitosa Costa de duas duzias de grãos, e hum terreno fértil, he muito mais proprio para prometter trez Seculos de felicidade Monarcho-Constitucional, do que huma nesga da Europa, que não pole dar hum passo na influencia Europea se não mediante a sua integridade do Brazil, a qual ainda assim mesmo nunca será sufficiente para obstar a decidida ambição dos Belligerantes, para o que veja-se a occupação de Portugal em 1807, a pesar de Talleyrand ter declarado a Napoleon, que a Corte Portugueza de certo não se demoraria para fazer as honras da caza; exemplo este que a verificar-se novamente em qualquer futuro rompimento politico com Nações Estrangeiras, ou ainda mesmo em virtude de alguma procissão apparatusa de Arca da Santa Alliança, poderia trazer para este Hemisferio empecilhos, e riscos de invalidar a nossa santa Constituição, que, pelo estado das cousas aqui, deve necessariamente levar mais tempo a tomar consistencia do que em Portugal, e isto ainda mais assim se tal segunda emigração tivesse de ter o cambio de acceleração da de 1807.

Com estes, e outros pontos de reflexão, que huma penna mais habil poderia desenhar melhor, convidaremos tambem nossos Constituidos no Collegio Eleitoral, e lhes diremos: Cidadãos Eleitores! vós que reunis a Palma do Martino a Sapiencia dos Confessores da Constituição! vos que em observancia dos vossos importantes deveres tendes de vos convocar novamente para ver arrancar-vos hum novo sacrificio! medi com circunspecção a latitude deste sagrado sacrificio: Examinai até que ponto vos

[4]

autorisáo os vossos Poderes para remediar os males de huma immensa distancia, que vos dicta hum novo immediato recurso ao Soberano Congresso: estendei vossas vistas, e penetrai os intimos recantos do coração do Homem; e vereis que a pesar da profunda magoa que affligio nossos corações em Abril deste anno, a pesar de todas as considerações que della derivão, existe hum Laço apertado que une mui singularmente o Povo do Brasil com a parte da Dynastia Reinante que aqui nasceu: Vede que a dissolução deste Laço está annexa a comminção profetizada pelo Abbade De Pradt a respeito da America Portugueza; profecia esta que em nada se torna suspeita, pois que o Escriptor alem de anticipar-se annos, não podia ter, razoavelmente fallando, empenho em nos precaver contra hum futuro que nem elle, nem nós julgavamos provavel, e talvez nem possível: Representai com airosa energia sobre tudo o que vos parecer digno de ulterior relexão, e reforma: escrevei nobre, e sublimemente para convidar as opiniões de todos a manifestarem-se por meio da Imprensa: levai finalmente os fructos dos vossos primeiros trabalhos com a maior brevidade ao conhecimento do Soberano Congresso, e já aqui á informação do Principe Regente, que como Principe, e Pai deverá ter já reconhecido o meindre de sua situação, e que a sua Fé jurada longe de o dispensar como Politico, ou como Pai, de reflectir seriamente sobre a futura sorte do Brasil, antes lhe impõe o rigoroso dever de afastar os máos effeitos de huma excessiva, e literal religiosidade.

Oh Dia 26 de Fevereiro! Dia em que o Brasil jurou cooperar em tudo, e por tudo para a grande obra da sauta Constituição! não consenti ja mais que a ignorância, ou malicia de contemporaneos, ou vindouros procure lançar

em vós a inculpação que se poderá fazer dos resultados de infelizes combioações, formadas em momentos de difficuldades politicas; inculpação, que no meu modo de ver as cousas, se deve sempre dirigir a nós, e não aos Portuguezes do Hemisferio velho: que por isso mesmo que se achão longe do tabolado, terão direito de criminar, ou nosso manhoso silencio, ou a nossa miseravel indifferença á vista de males dos quaes temos obrigação de ser relatores perante o Soberano Congresso!

Eu não poderia terminar este meu insignificante trabalho, sem protestar á face de todos, que na publicidade que ora dou a estes meus sentimentos, não existe outro alvo mais do que provocar a analyse, e a critica justa de toda a casta de Cidadãos, Proprietarios, Gentes de Guerra, Diplomatas, Legistas, Comerciantes, Lavradores, Artistas, e de todos os que aqui compoem a grande familia de Homens Livres, a cuja censura promptamente me submeterei; consignando tanto os meus sentimentos como o criticismo dos outros á consideração do Collegio de Eleitores.

Por tanto cumpre-me declarar, e protestar á face de todos os que me lerem, que só a profunda persuasão em que me deixão os Retrospectos politicos dos nossos vizinhos Hespanhoes, e os Prospectos presentes, e futuros das cousas do Imperio Portuguez nos dons Hemisferios, serão sufficientes para me desuocovar de hum silencio a que por alguns annos me havia consignado hum tal ou qual conhecimento dos Homens, ou talvez a minha insufficiencia; allegando por tanto em meu abono a obrigação que todos temos de evitar, quanto de nós dependa, a comminção de Mr. Rousseau: — Quando se diz á cerca dos Negocios do Estado = que me importa? = deve-se contar que o Estado está perdido. —

O REDACTOR AO PUBLICO.

Não me permittindo nem minhas occupações, nem minhas circumstancias domesticas tomar, além do trabalho da redacção, cargo algum na administração da Folha que respeitadamente me propuz offerecer a quem me quizer ler, tenho a honra de prevenir todos os Senhores que quizerem favorecer a obra com sua leitura, se hajão de dirigir aos Sñrs. Moreira, e Garcez na sua Officina na Rua da Candelaria, N.º 9, esquina da dos Pescadores; porisso que estes Sñrs. se achão plenamente authorisados para tratar de todos os objectos de sua impressão, direcção, e percepção de rendimentos, cujo liquido se adjudicará a fins de Caridade Christã, e utilidade publica, como constará periodicamente por titulos irrefragaveis; restando-me portanto declarar, que não permittindo ainda o estado da Typographia dos precitados Sñrs. affiançar a sahida regular de ultteriores trabalhos, serão estes annunciados em seu devido tempo; sendo esta, entre outras, huma causa de se evitar fazer por ora Plano algum de Subscrição: vender-se-hão portanto avulsos os Numeros, á descripção dos Proprietarios da referida Typographia, e bem no sentido acima apontado.

OS EDITORES AO PUBLICO.

A venda desta Folha se fará na Botica de Antonio Joaquim da Silva Garcez, Rua dos Pescadores N. 6 esquina da da Candelaria, preço 120 réis.

Rio de Janeiro. Na Typographia de Moreira, e Garcez.

ANEXO B
Correio do Rio de Janeiro

N.º 1.

80 réis.

CORREIO

DO

RIO DE JANEIRO

Neste campo terreno
Virá assutar seo throno
A san Philosophia mal accepta.
Filinto Elysis.

QUARTA FEIRA 10 DE ABRIL DE 1822.

DAmos principio aos nossos trabalhos em huma época, em que o despotismo lutando em toda a Europa com a liberdade, apenas se pode conjecturar se triumphará a rasão, a justiça, e o sagrado direito do homem, ou a intriga, a perfidia, a impostura, e a escravidão; felizmente para nossos Concedadãos (com quanto prazer o dizemos) doou-nos o Ceo na presente crize hum Rei, bom por caracter, hum Principe liberal até por genio, o que não só torna menos difficulতোza a nossa Regeneração Politica, mas até concilia nesse respeito, e cordial amor para com suas inviolaveis Essoas: debaixo de tão poderosos auspícios nada temos que recear no desempenho de nossos deveres, e faremos por merecer a estima dos humens probes livrés de prévizos, ou egoistas, e de tudo achão bom, porque tudo sacrificio ao seu bem estar

Dissemos em nosso projecto = *que não tinhamos sufficiente cuidado de luzes para illustrar, e dirigir a opinião publica; mas tinhamos assaz firmeza de caracter, e prohibido a manifestação.* Em quanto á primeira parte não pouparemos o pouco que temos adquirido. e a segunda, e estudo particular dos homens sábios em materias politicas; em quanto á segunda não basta dizello, he necessario

provallo; nós o provaremos, inscribido com imparcialidade toda a correspondencia, que nos for dirigida, com tanto que não encerre diatribes, e sarcasmos, porque não prostituiremos a nossa Folha a similhante linguagem: argumentar he proprio do homem livre, bem educado; atacar he proprio de quem não teve educação, nem adquirio sentimentos de honra.

Penetrados do mais vivo amor á santa liberdade, sem espirito de partido, e guiados pelos sentimentos do nosso coração, ficamos possuidos, com todos os bons Portuguezes do Brasil, de huma nobre indignação contra os fataes Decretos, que promulgára o Soberano Congresso Nacional em 29 de Setembro proximo preterito. Mui habeis escriptores tem demonstrado os gravissimos prejuizos, que resultavão ao Reino Unido, e principalmente ao Brasil, da fiel observancia de taes Decretos; não podemos com tudo ou, sem horro, que se chame ao Soberano Congresso = *o dos cazadores* = he impossivel conciliar o nome de = *Deputados da Nação* = que forão legitimamente eleitos, e o epitheto de *facciosos*. Faccião, significa partido, Cabala, que se arroga hum poder, que não tem; e haverá quem se atreva a desobedecer á legalidade, com que se apresenta a Soberania

(2)

rança da Nação naquella Augusta Assembléa? Não o cremos: e desgraçada a Nação, se tal doutrina fosse verdadeira, ou se a adoptasse como tal! Em breve se representarião entre os Portuguezes as tragedias de Napoles, que havião acabar, se não principiassem pelos antedictos da revolução Franceza: longe, longe dos Portuguezes tão medonho quadro!

Que a Soberania reside em a Nação he huma verdade mathematica, tão facil de demonstrar, como huma proposição de Euclides, e reduz-se a provar se o todo he, ou não maior que a parte. Isto posto, e attendendo á impossibilidade fizica de reunir-se, para deliberar, hum pôvo em massa, era necessario adoptar hum methodo, pelo qual se reunissem as fracções de Soberania, delegando cada porção de Cidadãos a parte, que lhes competia em hum, dois ou mais Deputados, conio o numero dos votantes; adoptou-se o da Eleição indirecta (felizmente reprovado pelo Soberano Congresso, por ser defeituozo) e resultou a nomeação dos actuaes representantes: onde he que está a illegalidade?

Julgarião alguns entuziastas que pertendemos justificar o Soberano Congresso em todos os seus procedimentos, ou inculcar que se lhe deve respeito divino; e servil obediencia; seria isso huma contradição manifesta dos principios liberaes, que professamos; outra he nossa vereda: convencidos como estamos da legalidade; com que se acha representada a Soberania da Nação no Augusto Congresso, não hesitamos em dizer (com a ingenuidade de hum homem livre, que detesta o despotismo, seja qual for a authoridade, que o exercite) que obrou com despotismo quando promulgou os decretos em questão: contudo, existe grande differença entre despotismo, e facção; esta já definimos o que era, e aquelle he a arbitrariedade de hum, ou de muitos, quando excedem suas attribuições, ou os poderes, que lhes são delegados, apezar mesmo de toda a legitimidade, com que fossem constituídos.

He huma illusão pensar que pode existir poder absoluto, e por isso di-

zerios que = o Soberano Congresso não tem, e não pode ter poderes absolutos, e obra com despotismo quando excede os limites da authoridade, que lhe foi delegada =: talvez pareça atrevimento, e falsa nossa proposição, porque actualizados escriptores com Hobbes reconhecem que a Soberania he illimitada, ou seja exercida por hum, por alguns, ou por todos, isto he, Monarchica; Aristocratica, ou Democratica, e por consequencia Mista, ou Representativa.

Com dezejo de que os sabios nos illuminem, provando melhor o sistema de Hobbes, vamos a expor como demonstração da nossa these o sistema de Mr. Benjamim de Constant, que he o seguinte. „ Não existe sobre a terra nenhuma authoridade illimitada, nem a do Povo, nem a de seus representantes, nem a dos Reis, por qualquer titulo que elles reinem, e athé nem a da Lei, porque sendo esta a expressão da vontade do Povo, ou do Principe, segundo a forma do Governo, deve ser circunscripta nos mesmos limites da authoridade donde dimana. „ Os Cidadãos possuem direitos individuaes, independentes de toda a authoridade social, ou politica; e toda a authoridade, que violar estes direitos torna-se illegitima. Os direitos dos Cidadãos são, liberdade individual, liberdade religioza, e liberdade de opinião, na qual se comprehende a de publicalla, o gozo da propriedade, e a garantia contra toda a arbitrariedade: nenhuma authoridade pode golpear estes direitos, sem dilacerar seu proprio titulo.

A authoridade da lei não sendo outra coisa mais que a expressão verdadeira, ou supposta da vontade do Povo, não he sufficiente para legitimar tudo quanto elle quer, porque esta vontade tem limites: a Soberania do Povo não he illimitada, he circunscripta nos limites, que lhe marcam a justiça; e os direitos, dos individuos. A vontade de todo hum Povo não pode fazer com que se torne justo o que he injusto.

Os Representantes de huma Nação não tem o direito de fazer, o que a

(3)

Nação não tem direito de fazer por si mesma. Nenhum Monarcha por qualquer titulo, que elle reclame, seja que tome apóio sobre direito divino, ou de conquista, ou assentimento do Povo, tem poder sem limites. Deos não sanciona senão a justiça. O direito de conquista he a força, e a força não he direito; porque passa áquelle, que della se apodera. O assentimento do Povo não pode legitimar, o que he illegitimo, porque hum Povo não pode delegar huma authoridade, que não tem. Nenhum despota, nenhuma assemblea pode exercer hum direito semelhante, dizendo que o Povo lho tem delegado. Tode o despotismo he illegal, nada pode sancionallo; nem a mesma vontade do Povo, que se allega, porque arroga-se em nome da Soberania do povo hum poder, que não está comprehendido em tal Soberania: e não he somente a desorganisação do poder, que existe, mas a creação de hum poder, que não deve existir.

Julgamos provada a nossa proposição: e se o Soberano Congresso, composto na sua maioridade dos homens mais sabios, e liberaes da Nação, se deixou fascinar ao ponto de obrar como despota, contra os mesmos dezejos de seus membros, quanto não le para temer o despotismo de hum só, rodeado de poucos Ministros, rarissimas vezes com as precisas qualidades, e caracter para bem desempenharem seus deveres! Os annaes de todos os governos despoticos o testeficão; e como prova transcrevermos os sentimentos de hum = *Jury de Verdadeiros Liberaes* = refutando os principios servis de Mr. Bonald.

Axiomas, e Prophccias de Mr. de Bonald.

1.^a A liberdade politica he o entorpecimento do poder, e por consequencia mais impunidade e facilidade para a desordem.

2.^a O homem não pode fazer leis Constitucionaes, leis fundamentaes, que declarem o estado natural da sociedade, apezar de todos os esforços.

3.^a Os homens só deverão euntarse nas Igrejas, ou debaixo de armas,

porque então não deliberão; ouvem, e obedecem.

4.^a Todo o poder, em que o Povo tem alguma parte he necessariamente arbitrario.

5.^a Com dois principios oppostos de Constituição, o popular, e o monarchico, he mais facil fazer no mesmo Paiz dois povos diferentes, e mesmo tres, do que fundar huma sociedade.

Qual he o estado do Rei? O dever governar.

Qual he estado do subdito? O direito de ser governado.

Hum subdito tem direito a ser governado, como hum menino a ser alimentado. He neste sentido que = *os Povos tem direitos* =, e os Reis deveres. A França republica scia o fim da Europa monarchica, e a Europa republica o fim do Mundo.

Apezar do exemplo da França, ainda resta á Europa huma lição: desgraçado do Povo destinado a dar-lha.

Continuar-se-há.

CORRESPONDENCIA.

Senhor Redactor

Rogo a V. m. se sirva insirir na sua folha a carta junta que dirijo ao Senado da Camara desta Corte afim de chegar á noticia de todos os nossos concidadãos, e ouvindo as suas analyses descobrir-mos o melhor.

Sou seu Estimador

S. da B. P.

Illustrissimos Senhores Presidente, e Senhores Vereadores do Senado.

Tendo eu lido com summo prazer os patrioticos e Constitucionaes sentimentos de que Vossas senhorias se achão possuidos, e o Edictal pello qual Vossas Senhorias convião a qualquer Cidadão que queir coadjuvar a Vossas Senhorias com hum esboço ou modelo para hum monumento, que bem

(4)

expressivamente possa levar á posteridade a memoria do dia 26 de Fevereiro de 1821, e tendo-me occorrido hum que talvez agrade a Vossas Senhorias por ser simples, durador, util, capaz de crescer, ao ponto de poder ser conhecido pelas 4 partes do mundo; direi: He objecto para mim digno de irrizão que huma Cidade onde todos os estabelecimentos de primeira, necessidade estão em absoluto abatimento; e onde muitos precizão de começo, se emprehenda a factura de qualquer monumento de grande preço, e vista, e que mais sirva de gloria ao Author do que de prehencher o fim de perpetuizar a lembrança daquelle dia: por isso venho lembrar a Vossas Senhorias que a Caza dos Expostos desta Corte se acha no mais dispresivel estado, por falta de meios, devendo-se ainda a sua existencia ao disvelo dos seus directores: por tanto se o Illustrissimo Senado, olhando para a porção de infelises que formão o objecto desta instituição, quisesse delles formar o monumento prehencheria hum dever, e debaixo destes principios passo a esboçar o plano para este monumento: Consta-me que S. A. R., infatigavel por beneficiar o Brasil, pretende melhorar os Estabelecimentos literarios desta Corte, e que em virtude disso remove-se a Academia Militar da começada Sé do largo de S. Francisco de Paula, e como não só he de erer que aquelle começo não progrida, visto já estar todo arruinado, e está por assim dizer inutilizado aquelle terreno, como o posso certificar, julgo que se Vossas Senhorias supplicarem a S. A. R. a conceção deste terreno, e parte de Edificio e nelle erigirem huma regular caza de receber, educar, e educar expostos, e buscando por todas as leituras maneiras augmentarem os rendimentos desta caza, incumbida aos seus successores a vigilancia e applicação deste estabelecimento terão quanto a mim preenchido hum

dever tanto na quallidade de Camaristas, como de Humanos, unirão seus nomes ao dia 26 de Fevereiro, assimillar-se-hão a Deus, e terão conseguido hum monumento simples, util, durador, e capaz de crescer, a ponto de ser visto de qualquer das 4 partes do mundo, pois a qualquer della que chegar hum filho desta caza nelle se verá a magnificencia deste monumento, a qual crescerá na razão da educação delles.

Basta pois que este Edificio tenha por armas no seu frontespicio hum emblema que, ou por inscripções ou em relevo deixe ver-se o Senhor D. João VI. jurando huma *Liberal Constituição*, os 3 Reynos dictando-a por seus Representantes e inscripto = 26 de Fevereiro de 1821; = e como S. A. R. teve huma grande parte neste dia e vai tendo nos mais, julgo dever o Seu Retrato fazer a parte integrante deste quadro, tendo na mão huma coroa de loiro pendente de hum ramo de Oliveira, este indicando a efusão de sangue que lhe fez evitar, e aquella a gloria que disso lhe resulta. Ora assim como os filhos tomão os appellidos de seus Pais, e muitos da Patria parece-me acertado que o Reitor desta caza dê por appellido a todos os meninos e meninas *26 de Fevereiro*; ou cousa que o valha em memoria do dia que lhe substituiu huma mai; este appellido será hum despertador de tão memoravel dia, e se algum o achar extravagante, direi que Bezerra, Gatto, Lobo, Leão, Aranha &c. são mais extravagantes.

Desejarei pois que Vossas Senhorias ouvindo o meu plano intermediando-lhe as gementes supplicas daquelles infelises, se condoão a os ver exaltar, e melhorem o seu desgraçado ser.

Seu Inspector de Vossas Senhorias

S. da B. P.

ANEXO C
O Espelho

O ESPELHO.

NUM.

SEGUNDA FEIRA 1.º DE OUTUBRO DE 1821.

80 RZII.

M R. Guisot, na terceira edição da sua excellente obra de Governo da França depois da Restauração, dada á luz em 1820, ajuntou huma Nota, em que diz o seguinte: — "Nada tenho a acrescentar a cerca de Portugal, senão que a obra está allí consummada plenamente no que respeita ao jugo estrangeiro, e quanto pôde estar para o governo interior em ausencia do Soberano. Nenhuma revolução se fez com mais unanimidade e menos esforço; em nenhuma parte brilhará em mais bella harmonia a necessidade da independencia nacional, o desejo de instituições livres, e a lealdade para com a família dos Reis. Estas palavras produzidas pela admiração do inflammado enthusiasmo, com que hũa Nação de Heroes expellio do seu terreno, e do de seus visinhos, o bande de harpias, que amesçava a sua independencia, parecem profeticas do assombroso acontecimento, que chamou a attenção do Universo sobre o Douro e o Tejo quasi na mesma época, em que se publicára o mencionado escrito, e que conta por hum dos mais dias classicos este, em que abrasado no amor da Patria, eu tome a cansada penna, para sacrificar sobre os altares da liberdade os meus restos de huma imaginação resfriada.

Não enchei estas paginas da pintura tão energica, como fiel, dos males, que pesava sobre a Nação, repetida em tantos escritos, e até pronunciada com tanta eloquencia em discursos emullos da immortalidade. Em vez de enlutar a minha alma com tão ingrata recordação, contento-me em reconhecer que daquelle fonte envenenada emanou a nossa actual felicidade. Quando a soberbia dos Aulicos tornava insupportavel o peso da obediencia, quando a desenfreada ambição occupava o lugar da justiça, e a arbitrariedade venal usurpava os direitos da lei, quando o Cidadão, vivendo só para arrastar hum jugo de ferro, não saboreava os doces fructos da liberdade, e da segurança individual, e a cada momento resava a invasão da legitima propriedade; era necessario que hum raio electrico tocasse o cadaver da Nação, ou que hum novo Prometheu trouxesse do Céu o fogo capaz de animar o que já parecia fôrta estatuas. Bradava o Direito das Gentes que o pacto estava resciso: que a Nação reentra em sua posse de isenções, que conditionalmente cedera: que o Cidadão não pôde dispensar prerogativas inalienaveis pelas Leis da Natureza; e hum genio da Patria appressa abateu os annos dos verdadeiros Portuguezes, restituiu a elle a liberdade do Tejo, e com a velocidade do raio, vomo do Douro ao Tejo, do Tejo ao Amazonas, do Amazonas ao Doce e Prata ao espirito Regenerador, que arreata impavido os perigos, e resulto a morte ou ser livre, e desapparece com as mais vivas contradicções...

Descoção?.. E este termo pôde já mais applicar-se a Portuguezes!.. Aquelles, que poseraõ a Coroa na cabeça do 1.º Affonso, sustentaraõ-na sobre a do 1.º Joaõ, restituirã-na ao 4.º, e seguraraõ-na ao 6.º, destrojando as Aguias victoriosas do Sena, poderião recear alheios estorvos! Quando se vio os Portuguezes lançarem mão ao arado, e voltarem para tras? Os campos do Saldado depoem a sua intrepidez; e Bussaco, Albuhera, Salamanca, e tantas outras apregoarão eternamente a sua inabalavel firmeza. *Em defesa do Rei, da Patria mista*, prontos a encerrar a morte, seus desejos torão coroados, quando o Soberano, que tão extremosamente amavaõ conhecendo *qual he mais excellente se ser do Mundo do Rei se de tal gente*, abraçou as reformas necessarias ao bem dos seus subditos; e o Principe, herdeiro das suas virtudes, declarado Campião de Nossa felix Regeneração, só procura a prosperidade da Gloriosa Nação, a que pertence. Dia 26 de Fevereiro, fugirás tu jámais da lembrança dos habitantes do Rio de Janeiro!.. Primeiramente se esquecerã da sua existencia do que dos bens, que estornaste sobre elles!

A enumeração exacta destes bens, he de certo mui ardua tarefa. Do extremo Antartico da grande Zona, eu folgo de lançar as minhas vistas a aquelles venerandos Arebontes, que hoje formaraõ o seu assento na Capital do Luso Imperio; a esse respeitavel Senado de Heroes, ou de Nomes, que felicitaõ a Lusa Monarquia com as Leis mais Sabias. Permitta-se ao meu enthusiasmo esprañar neste momento com pleno desafogo os abundosos sentimentos da minha alma; conceda-se analysar os beneficios, que tem colhido Portugal, o Brazil, todo o vasto Imperio Lusitano, deste Sanctuario da Sabedoria e da Virtude, que attenta exclusivamente á gloria, e á prosperidade da Nação, que os constituiu seus Representantes.

Bem sei que nos escassos limites de hum folha abrangere hum assumpto, que torna meaquella a mais caudal eloquencia, he querer encetar o mar em huma concha. Mas eu farei como o Navio, que para fixar o ponto da partida, não considera a longa extensão das Costas, e marcaõ de sómente hum ou dois pontos mais notaveis, determina o começo da sua derrota: assim eu contemplarei alguns dos mais assignalados bens, que devemos á Sabedoria das Cortes, para com methodo poder continuar nos seguintes Numeros esta interessante empresa.

Disse excellentemente *Benjamin de Constant* " que a Constituição não he hum acto de hostilidade. He hum acto de união, que fixa as relações reciprocas do Monarca, e do Povo, e lhes indica os meios de sustentação, de apoio, e de ajudar-se, mutuamente " e o illustre *Benjamin de Constant* o Senhor *Augusto de Castro*

lho, acrescentava: — "Que cousa he humia
"Constituição bem liberal, ou muito liberal?
"Constituição liberal he aquella, que deixa aos
"Cidadãos o maior numero possível dos seus di-
"reitos, e que simplesmente lhes coarcta a-
"quelles, que podem prejudicar ao bem com-
"mum." Destes luminosos principios se conclue
que a nossa Constituição, obra prima dos mais
abilados Sabios, he a máis liberal, que podia-
mos dezejar. Por mais escassos que seño os meus
talentos, eu folgára de demonstrar esta verdade,
se o espaço mo permittisse; mas hum simples
golpe de vista sobre as Bases será convincente.

A liberdade he o dote mais precioso do ho-
mem; porém os Authores não concordão na sua
definição. Montesquieu a chamou *direito de fazer
tudo que as leis permittem*, confundindo (diz B.
de Constant) a liberdade e a garantia, isto he
os direitos individuaes e os direitos sociaes; de-
vendo melhor definir-se, segundo este Sabio Cons-
titucional, liberdade o que os individuos tem di-
reito de fazer, e que a Sociedade não tem di-
reito de estorvar. Esta idéa se vê perfeitamente
desempenhada na 1.ª Secção das Bases da nossa
Constituição. Os direitos individuaes são sustenta-
dos, a segurança do Cidadão he protegida, a
propriedade inviolavel, a communição de pen-
samentos garantida pela liberdade da Imprensa,
verdadeiramente essencial á natureza de hum Es-
tado Livre, no sentir de Blakstone. A igualdade
natural, primeiro principio da Sociabilidade, he
tambem altamente protegida do artigo 11 em
diante. Os mesmos direitos aos empregos, a mesma
sujeição aos encargos, igual responsabilidade ao
Governo, eis-aqui principios de Direito Natural
proclamados solemnemente, e assoalhados com a
mais escrupulosa imparcialidade.

Se passamos a considerar a Nação na Se-
gunda Secção, vemos logo a sua unidade, a sua
Religião, a sua Monarquia, fixadas seguramen-
te, defendida a sua Soberania, sustentada a sua
Autoridade. Se consideramos os tres Poderes
como separadas delegações da mesma Soberania,
que neilas substitue suas funções, admira-
mos as invenciveis barreiras, que defendem cada
humia dellas dos ataques do Despotismo, pres-
crevendo diversas attribuições a cada humia de
per si, e sujeitando todas á origem do Poder, de
que ellas emanarão.

He evidente que regular os rendimentos do
Estado, ordenar as imposições necessarias, promo-
ver os estabelecimentos de charidade, e a instru-
ção publica, são consequencias immeditas daquel-
le Poder unico concentrado na massa da Nação,
e por esta delegada nos Seus Representantes.

Lançados tão solidos alicerces, fica fora de
duvida a duração do edificio. E que magestade se
descobre já no seu plano! Com que desvelo se
firma a prosperidade do Cidadão! Lancemos hum
golpe de vista sobre algumas providencias, que
serão o dedo do Gigante.

Com que regozijo vê o Cidadão derribadas as
Collossaes columnas do Despotismo, a Inquisição
e a Inconfidência! Seus olhos já não se horrora-
ção com os barbaros espectaculos da primeira; e
e desconfiança, a inquietação, o terror, que as-
saltavaõ ainda a mesma innocencia, ficarão sepul-
tados com a segunda. Quebrarão-se essas armas
tão temiveis nas mãos dos Executores perversos;
que só tinhaõ a mira no interesse proprio, as de-

vassas geraes, as prisões arbitrarías, as denuncia-
dolosas, os processos por Juizes privados, e tan-
tas outras, que forjara a ambição e o descaramen-
to. Os crimes committidos por fragilidade encon-
traõ castigos menos crueis: tenta-se corrigi-los, e
não destruir o Reo; e se por humia barbaridade
sem limite se punia o delicto na innocente poste-
ridade, essas leis de ferro calhãõ no abismo da
confusão, e oxalá que as cubra o esquecimento!

O defensor da Patria já pode hir contar aos
seus amigos os triunfos ganhados á custa do seu
sangue, e no regaço de seus Parentes sacrificar á
Nação suas fadigas nos trabalhos mais suaves da
Agricultura, das Artes, da Navegação, ou do Com-
mercio. Assim a Nação conta cada filho como hum
guerreiro pronto a defende-la, sem supportar o
pezo de numerosos exercitos. Desta arte os Roma-
nos trocavaõ a charrua pela espada, e depunhaõ
o escudo em hora dos seus Penates.

Sendo a Agricultura e o Commercio as fontes
da Publica Prosperidade, eu vejo a primeira fu-
mentada pela abolição dos direitos banaes, restos
odiosos do barbaro feudalismo; pela extinção das
Caudalarias, que, avessas ao seu fim, pezávaõ á
lavoura; com a diminuição dos laudemios para se-
gurança do possuidor, e estima do predio; com
a suppressão das taixas, inimigas da abundancia.
Regozijo-me de que esta e o Commercio recetão
mais ampla extensaõ, prohibida a importação dos
generos cereaes, cuja introdução fazia a miseria
do Agricultor, vedado o azote de oliveira,
defezos os vinhos e agoardentes estrangeiras, e
o fabrico destas franqueado aos Lavradores do
Douro a despeito da Companhia: isento de di-
reitos (salvo o de exportação) o Sal das Ma-
rinhas formadas em sapaes tirados ás marés, e fi-
nalmente fechado o Reino á entrada dos porcos,
que fazem hum ramo importante do Commer-
cio interior.

Que animador fomento não agouro eu já ás
Fabricas, quando vejo protegidos os lanificios,
abertos os portos ás lãs de Hespanha, e franca a
exportação das Nacionaes; augmentados os di-
reitos na importação dos pannos estrangeiros;
animadas as fabricas de papel, ordenando-se que
nas Secretarias e Cartorios se empregue o de
Portugal; aperfeiçoadas outras; já com a na-
turalisação de estrangeiros peritos já com auxi-
lios e isenções creadoras?

As Artes, que tem esmerado os seus pri-
mores em duraveis monumentos da Nossa Rege-
neração, tem sido compensadas abundantemente
pelo desvelo, que merecem ao Soberano Con-
gresso, que não perde humia occasião de promove-
las apczar de embaraços externos e tratados
onerosos. Occorre-me a cisuda attenção, que me-
receu a representação dos latoeiros, e as provi-
dencias, que dahi resultarão a favor de muitos
artefectos nacionaes.

Hum povo livre he sempre numeroso. Cum-
prindo porem sarar as feridas abertas por hu-
ma longa e renhida guerra, e aggravadas pela
consequente emigração, o Congresso não se tem
descuidado hum momento de pôr em vigor as
mais acertadas medidas. Facilitando os matrimo-
nios, e até honrando com proficuas preferencias
a classe onerada com aquellas pensões, reduzin-
do o numero de celibatarios com a suppressão
de superfluos Regulares, commutando os degra-
dos dos Reos em uteis trabalhos na Patria; cha-

mando os discipulos de Moyses, e os sectarios de Mahomet, que outr'ora forão deshumanamente proscriptos, levando os seus thesouros, e a sua industria a paizes, que elles fizeraõ florescer; e atalhando o estrago, que costumava fazer o flagello das bexigas, protegendo a utilissima instituição vaccinica; este Senado Respeitavel tem lançado as sementes de huma população numerosa e affortunada.

Na cultura da sabedoria aprende o Cidadão a Santidade da moral. Relevava portanto promover os estudos; e este seu dever he dos mais extremos cuidados do Sabio Congresso: dependendo porém o desempenho deste plano de mais demoradas providencias, vemos entretanto franqueado o ensino das primeiras letras, proposta a applicação aos principios de Economia Politica, projectada a reforma da Universidade, e sustentada a auctoridade dos seus Professores, elevada ao grão de importancia, de que a esbulhara a abusiva leitura. Eis a risonha Aurora de hum dia mais brilhante!

Sendo porém a riqueza de hum paiz o thermometro mais infallivel da sua felicidade, e achando-se desangrado o Theouro Nacional, e até mesmo opprimido com o pezo enorme de huma divida avultada, os Sabios Legisladores applicarãõ os dois unicos efficazes remedios, o augmento de rendas, e a diminuição da despeza. Para o primeiro fim destinaraõ o rendimento dos Beneficios vagos e Pensões Ecclesiasticas, e o producto dos Bens Nacionaes; e ao mesmo tempo querendo conciliar as necessidades do Publico com as mingoadas circumstancias dos Devedores do Theouro, facilitaraõ o pagamento por prestações commodas e seguras. A despeza publica decresceu já com a diminuição de Obras sumptuosas, já com a mais bem regulada economia: quer com huma escrupulosa fiscalizaçãõ, quer cercando o luxo e a soberbia.

— O prazer, com que sotto francamente estes traços, cedo á necessidade de circunscrever-me em apertados limites. Eu suspeado pois a minha empresa, e fazendo sinceros votos pela continuação e feliz terminação desta grande obra, admirando o valor, a sabedoria, e o zelo, com que os Nossos Sabios Legisladores se affadigaraõ a rematar a nossa prosperidade, saudando respeitosamente a cada hum d'elles como verdadeiro Pai da Patria, e Salvador do Imperio Lusitano, lhe dirijio as palavras do nosso Epico:

*Et tu, Pater, de grande fortaleza,
Da deliberação, que tens tomada,
Não tornes por detraz, pois he fraqueza
Desistir-se da empresa começada.*

Segundo a ordem, que imos seguindo, memoratemos aqui com o maior jubilo hum acontecimento, que faz huma época gloriosa nos Fastos de Portugal; ainda que elle fosse já extensamente referido na Gazeta desta Cidade. Fallo da faustissima chegada de El-Rei Constitucional, e de toda a Sua Real familia á Capital do Imperio Lusitano no celebre dia 3 de Julho, *de volta ao seio dos seus saudosos subditos de Portugal para cooperar com elles na magestosa obra da sua Regeneração Politica.* He bem sabido

do que S. M. foi logo cumprimentado por huma Deputação da Regencia do Reino, composta do Presidente da mesma, do Ministro da Marinha, e do Commandante das Armas da Provincia: e todos lerião com enthusiasmo as eloquentes expressões do Excellentissimo Sr. Presidente. He superfluo recordar o cordial acolhimento, com que no seguinte dia S. M. recebeu a Deputação das Cortes, e a satisfação, com que ouviu a Sabia Oração do Excellentissimo e Reverendissimo Sr. Arcebispo da Bahia, Presidente da mesma Deputação. São conhecidas as circumstancias do seu desembarque, a breve falla, que lhe dirigira o Vereador do Senado da Camara, Bacellar Chichorro, a sua entrada no Paço das Cortes, e seu honroso recebimento naquelle Soberano Congresso, o cumprimento dirigido pelo Excellentissimo Sr. Bispo de Castello Branco; mais que tudo a alegria, com que S. M. fez o seu Solemne Juramento, que foi seguido de huma falla energica e sentimental do Senhor Presidente. Também não relatarei a Deputação das Cortes, que no dia 7 foi cumprimentar S. M. a Queluz, e o Discurso, que lhe dirigira o Senhor Castello Branco, nem a consoladora resposta do Chefe do Poder Executivo. Sabe o Leitor da criação do novo Ministerio, e já se fez publica a Lista dos Conselheiros de Estado, dos quaes todavia o Bispo de Vizeu se escusou, como ás Cortes foi participado em 21 de Julho. Fora necessario grande espaço, e longo tempo para expender circumstancias tão interessantes, que basta indicar ao Publico illustrado.

IDADE D'OURO DE 7 DE SETEMBRO.

Lista dos Deputados da Bahia.

	<i>vol.</i>
O Reverendissimo Senhor Padre Francisco Agostinho Gomes	20
O Excellentissimo Senhor José Lino Coutinho	21
O Senhor Commendador Pedro Rodrigues Bandeira	15
O Senhor Doutor Cipriano José Barreto de Almeida	16
O Senhor Commendador Domingos Borges de Barros	19
O Senhor Marechal de Campo Luiz Paulino de Oliveira Pinto da França	19
O Senhor Alexandre Gomes Ferrão	18
O Reverendissimo Senhor Vigario da Victoria Marcos Antonio de Souza	18

Supplentes.

O Senhor Dezembargador Christovão Pedro de Moraes Sarmento, assistente em Lisboa	23
O Senhor Doutor Ignacio Francisco Silveira da Motta	15
O Senhor Doutor Francisco Elias da Silveira	23

Falta com tudo hum Deputado por não terem ainda chegado os Eleitores, que se esperavaõ da Comarca de Jacobina, talvez pela grande secca, em que tem gemido a ponto de ser preciso mudar o gado de humas para outras Fazendas.

COMMERCIO.

Preços correntes dos generos de exportação.

Aguardente de cana	44,000	por pipa
cachaça	40,000	
Algodão de Minas Novas	6,000	por arroba
Gerace	5,000	
Arroz de Santos	6,400	Saca
da Terra	5,600	
Azúcar redondo	2,800	
meio redondo	2,700	
Batido	2,600	
meio batido	2,500	
Mascavo	1,800	
de Santos fino	2,900	
Redondo	1,700	
Mascavo	1,900	
Café de 1.ª qualidade	5,850	
Corros do Rio da Prata	\$150	a 155 lib.
Rio Grande	\$145	148
da Cavalha	\$200	cada hum
Chifres	8,000	cem
Ipiacuanha	1,400	lib.
Sabo do Rio da Prata	3,100	arroba
Tabaco Mappendia	6,400	
Piedade	8,900	
Telciba	2,900	arroba
Tapioca	4,900	Saca

Cambio	48½ d a 49½ d 60
Pesos Hespanhoes	1,040
Doblos ditos	15,000
Meias doblas	28 por cento

SEGUNDOS.

PREMIOS HOJE 1.º DE OUTUBRO DE 1821.

Do Rio de Janeiro.

1.ª Bahia	2	—	4	—	8
Pernambuco	2½	—	5	—	10
Maranhão	3	—	8	—	16
Lisboa	3½	—	7	—	14
Porto	3½	—	8	—	16
Benguella	}	2	—	4	8
Angolla...					
Rio Grande	2	—	4	—	8
Porto Alegre	2½	—	5	—	10
Montevideo	2½	—	5	—	10
Buenos-Aires	3	—	6	—	12
Valparaiso	4	—	8	—	16
Lima	5½	—	10	—	20
e outro tanto de volta					
Cabinda e volta	5	—	10	—	15

Da Bahia.

Para Rio Grande	2½	—	5	—	10
e outro tanto de volta					
Lisboa e Porto					
como de Rio					

De Pernambuco.

Para Rio Grande	3	—	6	—	12
e outro tanto de volta					
Lisboa e Porto					
como de Rio					

N. B. Nestes premios ha alteraçã, attenta as circumstancias, em que se achã as diversas embarcações; e conforme as noticias politicas

ADVERTENCIAS:

Neste Numero não se transcrevem as Entradas e Sahidas das Embarcações, como intentamos nos seguintes, porque a sua exposiçã terã por época o dia de hoje 1.º de Outubro. Da-se-ha a este objecto a necessaria attença, para que se torne util ao Commercio.

A Subscripçã para este Periodico continúa na Loja de Paulo Martin, na rua da Quitanda, N.º 23, a 1,200 pelo trimestre ultimo do corrente anno. Dezejando porém que concorraõ à mesma Subscripçã as pessoas, que morã fóra da Cidade, e as quaes seria impossivel a pontual entrega de suas proprias cazas, se receberã igualmente Subscripções em Mattapocos, e nas Larangeiras nas Boticas em que se assigna para o Diario, devendo os Subscriptores mandar alli receber os N.ºs nos dias designados.

Igualmente se remetterã para as outras Provincias pelos Correios os exemplares pertencentes aos Subscriptores, que para este fim se dirigirem ao Redactor por carta de porte pago, huma vez sahida, e o preço da mesma Subscripçã. Por cartas semelhantes se poderaõ dirigir ao mesmo Redactor os Litteratos, que lhe quizerem communicar suas luzes, ou fornecer interessantes noticias, de que se tirará todo o proveito, que permittir a extensã desta folha.

Logo que permittã mais amplos recursos da Typographia se augmentará o numero de folhas deste Periodico.

O N.º 2.º sahira quarta feira 10 de corrente, e continuará impreterivelmente no mesmo dia das seguintes semanas.

Com este Numero se distribue gratis nos assignantes deste Periodico a Defesa do Commercio Nacional contra as accusações publicadas na Gazeta N.º 76.

